

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa.

N.º 12

Dezembro de 1918

Ano LXX

Director, proprietario e editor — Empresa da *Revista Militar*

Composição e impressão na TIPOGRAFIA UNIVERSAL
pertencente a *Coelho da Cunha Brito & C.ª* — Rua do Diário de Notícias, 78 — Lisboa

AS CAUSAS EFICIENTES DA TERMINAÇÃO DA GUERRA

E A

PREPARAÇÃO DA PAZ GERAL

No momento em que estas linhas são traçadas ¹, deve ter-se como seguro haverem os beligerantes entrado no periodo declinante da guerra, que apropriadamente se denomina da preparação da paz geral. Podem as paixões dos contendores ou os enredos da diplomacia alongar ainda o prazo dentro do qual haja de ser selado o tratado definitivo da paz geral, mas, o indubitável é que, até ao momento em que seja disparado o último tiro e hajam de ser derramados os últimos borbotões de sangue, o pensamento dominante dos govêrnos aliados será o de impôr aos adversários, no encerramento da guerra, as condições que julguem indispensáveis para garantir ao mundo um longo período de tranquillidade.

A guerra está vencida; sob tal ponto de vista é que a solução da contenda é definitiva. A capitulação, não só da Bulgaria, como da Turquia, e o pedido da paz por parte da Austria-Hungria, independentemente da co-participação da Alemanha, são factos consumados de tal importância, que justificam plenamente aquêlé asserto.

E' certo ser sempre possível na guerra o ressurgimento dos lutadores abatidos, como nêste mesmo lugar o demonstrámos,

¹ 4 de novembro.

há pouco tempo¹. Mas, para que assim suceda, torna-se necessário que à frente dêles se encontre um general do valôr do Grande Frederico, ou de Napoleão, que pelos dotes pessoais personifique o gênio da guerra. E é isto que não sucede presentemente, sem com a asserção pretendermos diminuir a valia dos chefes colocados à frente dos exércitos imperiais, que são incontestavelmente ilustres pelos seus méritos, mas sem que êstes hajam adquiridos fóros suficientes para lhes justificar o título de super-homens, a que os germanos, em geral, se julgam com direito.

Na guerra, cujos derradeiros episódios estão ocorrendo, a Alemanha lutou essencialmente para assegurar a missão de que se julgava providencialmente incumbida, qual a de exercer a hegemonia sôbre todas as demais raças. Para o conseguir, era-lhe indispensável o triunfo, quer no Oriente, quer no Ocidente. Ali, para constituir essa grandiosa concepção da *Mitteleuropa*, que asseguraria o seu domínio até ao coração, quer da Asia. quer da Africa. No Ocidente, para deixar esmagadas e prostradas as raças latina e anglo-saxonia, as suas mais irreductíveis e valorosas adversárias. O plano, para tal fim concebido, está aniquilado.

A capitulação da Bulgaria e da Turquia tornou irrealizável a *Mitteleuropa*, que dependia absolutamente do modo de constituir os Estados Balkânicos e da influênciã predominante alemã nêles e no império otomano.

A situação deste último é idêntica à da Bulgaria. Cortadas todas as comunicações com os Impérios centrais, seus aliados, nenhuma das duas potencias dispõe já dos recursos essenciais para o prolongamento da resistênciã. Ainda que aquelles, por um fenómeno análogo ao do galvanismo ressurgissem, afastando para longe o abatimento, que os vai dominando, a situação da Bulgaria e da Turquia permaneceria irreductível, por ambas terem apontadas aos peitos as armas dos exércitos formados pelos povos, que as circundam, os quais votam aos seus opressôres odio mortal, devido aos martirios sofridos. Assim, a influênciã alemã no Oriente deve ser reputada destruída, pelo menos,

¹ *Episódios da guerra actual. A política de defecção da Russia através da história*, pelo general Moraes Sarmiento. *Revista Militar*, n.º 6, de junho de 1918.

durante prazo superior ao da longevidade, que a natureza poderá conceder aos contemporaneos.

O notável historiador germano Treitschke, abriu a sua afamada *História da Alemanha* com o seguinte trecho:— «Apezar da ancianidade da sua história, a nação alemã é a mais juvenil das grandes nações da Europa ocidental. Teve duas épocas de mocidade; lutou duas vezes por lançar as bases do seu poder político e da sua liberdade moral. Há um milhar de anos, criou a mais altiva realza germânica; oito séculos mais tarde, recomeçou a construção do Estado num terreno inteiramente novo, para só regressar, já nos nossos dias, como potência unificada à fileira dos povos»—.

Os resultados colhidos na guerra, que vai findar, demonstram que êste trecho teria de ser notavelmente modificado pelo autor, se só agora aquela obra houvesse de surgir à luz da publicidade, porquanto não parece que a presente luta haja oferecido melhores condições para a radicação do poder político da Alemanha, do que obteve a primeira. Os resultados colhidos nas anteriores campanhas contemporâneas ficarão inteiramente anulados pela presente.

E a prova de que assim é, está no facto de ser éla quem se dirigiu aos adversários, propondo as negociações para a paz. Só quem desconhecer inteiramente o orgulho teutão poderá crêr, que o caso se tenha dado sem que o Império se tenha sentido, quando não ferido de morte, pelo menos intensamente debilitado de forças para poder proseguir na guerra¹, vistas as poderosas causas eficientes que nos aliados concorriam para assegurar-lhes a vitória.

¹ O estado de plena revolução em que se encontra toda a Alemanha, no momento em que fazemos a revisão do presente artigo, explica inteiramente o facto do orgulho teutão se haver visto coagido a solicitar a paz e a aceitar os duros termos das condições do armistício impostas. Essa revolução havia longo tempo que estava sendo preparada nos espiritos, criando neles uma agitação, que só podia prejudicar a acção do exercito nos campos de batalha. Representa o facto a mais plena justificação da verdade que encerravam as seguintes palavras, que escrevemos nestas mesmas columnas, a pag. 451 do volume correspondente ao ano corrente: ... «o primeiro elemento para manter ardente a força moral dos combatentes provirá sempre da propria Patria, consistindo nos estímulos para o proseguimento da luta, quer nos momentos de glória, quer nos de infortunio.»

1.^a causa do triunfo para os aliados

Quatro causas concorreram poderosamente para que o desanimo houvesse invadido as fileiras germanas. Se a união faz a força, evidente se torna que esta se reduz pela desunião. Assim, enquanto os exércitos aliados obedeceram a chefes independentes entre si, a guerra proseguiu geralmente com vantagem acentuada para os Impérios centrais, quaisquer que houvessem sido os rasgos heroicos praticados pelas tropas adversárias. No dia, porém, em que as circunstâncias obrigaram estas últimas a aceitar o comando único, que felizmente recaiu em um chefe com a cultura e os dotes de inteligência e carácter exigidos pelas dificuldades de momento, as condições da guerra modificaram-se radicalmente. Os invasores tiveram de ceder continuamente o campo aos adversários, invadindo-lhes assim os espiritos o desanimo, que é apanágio das tropas incessantemente batidas.

Há pouco mais de dois anos, no exercício do Comando da Escola de Guerra, então a nosso cargo, e na presença do chefe do Estado e de todo o ministério, dizíamos, dirigindo-nos especialmente aos alunos, o seguinte:

«De todos os instrumentos com que a guerra é feita, o primeiro e mais temível de todos, continúa a ser o homem. Por mais alto a que tenha subido o poder da artilharia, por bastante invulnerável que seja a resistência dos abrigos e por maior segurança que exista na conquista das regiões aéreas, continuará a ser da competência e da energia dos chefes que dependerá a vitória.

«A filosofia de tal acerto, condensa-se toda na generalização do facto, que vou citar. Quando Cesar quiz aniquilar Pompeu, que dominava a Tessalia com tropas de pouca confiança, enquanto a nossa Península era ocupada por outras sólidamente constituídas, mas comandadas por chefes de menor valia, o herói romano não hesitou no procedimento a seguir: — Irei primeiro à Espanha, disse, destruir o exército, que não tem general, porque é o mais fácil, para depois ir bater o general sem exército —. Aplicai a doutrina derivante desta asserção a todas as pequenas acções, que se trávam ao longo

dos campos de batalha, e cujo conjunto representa o resultado d'ela, e tereis conhecido a verdadeira casualidade do triunfo na guerra. E' a resultante da acção do comando nos diferentes élos do seu conjunto, quem constitue a eficiência do poder militar».

Convictos da pureza da opinião, que fica transcrita, longe estávamos de prevêr, porém, que éla seria tão esplendorosamente consagrada, ainda na guerra actual, pela nomeação do general Foch, para o comando supremo dos exércitos aliados. Da sua alta competência para o cargo dávam testemunho, de há muito, os numerosos discipulos que haviam com êle aprendido as melhores lições de estratégia e de tactica na Escola Superior de Guerra, e as suas obras, que figuram nas estantes de todos os militares cultos. Mas, as democracias, sempre desconfiadas dos altos espiritos militares, arredam-os quanto podem do exercício dos mais importantes cargos, com o temôr de que o prestígio, por ventura nêles adquiridos, venha a constituir uma força contra a qual se tornem inefficazes as maiores violências, quando assegurada a paz.

No general Foch outra circumstancia concorria, que o tornava ainda menos querido das referidas democracias, mais intolerantes ainda nas questões de fé do que em quaisquer outras: era catolico militante, sobre sêr irmão de um sacerdote jesuita.

Foi preciso que a sorte da guerra se houvesse pronunciado ameaçadora para a França, e que à testa do seu govêrno estivesse um homem dotado das enérgicas qualidades de carácter, que se revêlam em Clemenceau, para que as democracias permitissem que os exércitos nacionais passassem a ser mandados, segundo o preceito contido no célebre aforismo inglês: *The right man in the right place*. Na verdade, embora o general Foch houvesse demonstrado, durante largos anos do magistério e comando da Escola Superior de Guerra, ser o homem competente para o Comando Supremo do Exército, foi necessário que a suprema angústia da nação levasse ao exercício do poder civil outro homem de não menor valia intelectual do que êle, tambem antigo proscrito da actividade das funções governamentais, para que o preceito indicado recebesse a devida sancção. E, dêsde que assim succedeu, foi logo observado como a marcha da guerra nos sectores franceses soffria vanta-

tajosas transformações, não havendo um só desastre a memorar, donde resultou todos os aliados prestarem homenagem ao mérito assim revelado, submetendo-se ao chefe ilustre, que mais uma vez confirmou com o exemplo próprio, não ser a guerra uma simples arte, cujos segredos se conquistam nos ocios dos quartéis, mas uma verdadeira ciência, que só pôde ser sólidamente adquirida por aquêles que, à sagacidade do espirito e cultura intensa e especial, juntem qualidades varonís.

2.^a causa do triunfo para os aliados

A segunda das causas, a que os aliados devem o haver alcançado o triunfo, foi o conseguirem manter a superioridade marítima, não obstante a atroz e violenta guerra submarina desenvolvida pelos Imperios centrais, e mui especialmente pela Alemanha. Ainda neste assunto nos lisonjeia não haver-mos errado, quando sustentámos com a mais firme convicção a grandiosa importância que o domínio do mar tem nas operações terrestres, em um livro que mereceu ser traduzido, não só em língua inglesa, mas na italiana,¹ no qual escrevemos os seguintes períodos:

«A condução de uma expedição marítima, quando se não tem assegurado o domínio do mar que deve servir-lhe para linha de comunicações, é empreza, sobre perigosa, ofensiva dos bons princípios da ciência militar.

«A sabedoria das nações, que é fundada nas lições da experiência, já reconheceu essa grande verdade, traduzindo-a no celebre proloquio: — Quem domina no mar, governa na terra —. Jomini reconheceu-a igualmente, ao aduzir como princípio fundamental de uma bôa política europeia, no capítulo de abertura da sua *Histoire des Guerres de la Revolution Française* —, que não deveria ser permitido a uma qualquer nação o desenvolvimento indefinido da sua força naval, quando o seu território fôsse inacessível por terra —, alusão esta que visava evidentemente à Inglaterra.

¹ *A Defêsa das Costas de Portugal e a Aliança Inglesa*, pelo general Moraes Sarmento.

«Efectivamente, ontem como hoje, sempre este país tem entendido, que a sua supremacia política depende exclusivamente da superioridade que merece nos diversos mares do mundo.....

«Quasi cincoenta anos volvidos, uma das primeiras auctoridades contemporâneas em assuntos de estrategia e tática naval, o almirante Colomb, assevera em um interessante artigo, publicado na *United Service Magazine*, que — aonde existir uma esquadra de defesa, *por grande ou pequena que seja*, resolvida a impedir uma invasão por meio de expedição marítima, esta de modo algum poderá efectuar-se, enquanto o atacante não tiver à sua disposição uma fôrça naval suficiente para com uma parte dela comboiar e proteger a expedição de desembarque, e, simultaneamente, empenhar batalha com a parte restante contra a esquadra de defêsa.....

«Na Italia domina doutrina identica à sustentada pelo almirante Colomb, entre as primeiras autoridades técnicas. O major De Luca, depois de haver examinado, nas suas lições dadas na Escola Superior de Guerra, uma série de expedições marítimas, condensa na seguinte doutrina os princípios que se devem deduzir da sua história: 1.º Que é sempre muito perigoso realizar uma tão grande emprêsa marítima contra um país inimigo, sem antes haver realmente anulado a sua potência naval, embora esta seja inferior à própria. 2.º Que, consequentemente, para um país ameaçado de ataques marítimos de alguma importância, constituiria um êrro renunciar à acção da sua própria esquadra, retirando-a definitivamente para os portos ao começar a guerra, ainda quando essa esquadra fôsse muito inferior à inimiga; e isto porque, enquanto as fôrças navais da defêsa não estiverem realmente destruídas ou bloqueadas, será sempre perigoso para o inimigo o tentar operações importantes contra as costas. Uma esquadra de defêsa bem dirigida e coadjuvada por serviços de exploração e de comunicação bem organizados, poderá manter-se algum tempo sem se deixar bloquear ou destruir por um inimigo, ainda que mais forte. e este tempo será sempre ganho para o país e para o resultado da guerra, visto como difficilmente, durante ela, o inimigo tentará grandes operações contra as costas, ou, se as tentar, será seu o risco e o perigo.

«O actual general de divisão Perruchetti confirma a mes-

ma doutrina no seu livro *La Difesa dello Stato*, e De Bormida, discutindo a eventualidade de uma expedição francesa às costas da Itália, no livro *La Difesa della nostre frontiera occidentale* escreve: — Nas condições actuais da tática naval bem difficilmente se exporiam os franceses, apesar da sua grande superioridade marítima, aos riscos de uma operação de desembarque, sem primeiro haver batido ou bloqueado a nossa esquadra.

«O tenente-coronel Barone, do estado maior italiano, e professor da Escola Superior de Guerra, referindo-se aos desembarques tentados com fôrças consideráveis, assevera — não poderão ser surpreendidos pelo inimigo, senão quando a sua esquadra tenha conquistado o domínio do mar, mas domínio pleno e absoluto, ou seja aniquilando a esquadra adversa ou reduzindo-a temporariamente à impotência, pelo menos, bloqueando-a em algum porto. Enquanto a esquadra protectora da nação atacada, ainda que inferior em número, possa manter-se no mar, e se não deixe bloquear, e *lhe não falte o espirito aggressivo*, a operação de um desembarque com fôrças consideráveis é extremamente arriscada para que o inimigo a possa tentar.

«Nos Estados Unidos ainda não mereceu repudio a doutrina consignada por Washington, quando comandante em chefe dos exercitos americanos, no seu *Memorandum para acordar em um plano de operações com o exercito francês*, datado de 15 de julho de 1780, que dizia assim:

«O marquez de Lafayette terá a bondade de comunicar ao conde de Rochambeau e ao cavalheiro de Ternay as seguintes idéias gerais, expostas dos sentimentos do abaixo assinado:

— I. Em qualquer operação, *e sejam quis forem as circumstancias*, deverá ser considerada a superioridade naval decisiva como principio fundamental, *e a base sobre que deve assentar toda a esperança de triunfo definitivo*. II.

E proseguimos no nosso propósito de demonstrar toda a importância do asseguramento do dominio do mar para o bom resultado das operações terrestres, citando outros testemunhos não menos autorizados do que os referidos, para assim chegar à evidenciação da doutrina em questão.

Não a destruiu, antes a confirmou esplendidamente o resultado da campanha, que vai findar. Porque os Imperios cen-

trais não souberam, quiseram ou puderam manter no mar as suas esquadras, animadas de tenaz espírito ofensivo, foi que a França e a Inglaterra transportaram das suas colónias ou domínios esses grandes contingentes de tropas, com cujo auxílio conseguiram deter o «*furor teutonicus*», com o qual o chefe do grande estado maior alemão, general de Moltke, ameaçava destruir os aliados aos primeiros impulsos da invasão¹. Embotelhadas nos portos do mar do Norte e nos do Adriático as esquadras alemã e austriaca, logo aos primeiros tiros dados na Bélgica, os aliados ficaram desembaraçados e seguros para as grandes emprêsas de transportes de tropas, sendo assim que a França conseguiu passar para a metrópole todas as suas forças mobilisáveis africanas, e a Inglaterra fazer seguir dos seus mais longíquos domínios ultramarinos para o território francês bastantes centenas de milhares de soldados.

Em plêno desenvolvimento de guerra, porque nenhuma das aludidas esquadras embotelhadas tentou o seu livramento por um esforço desesperado, foi que os aliados conseguiram transportar para Salónica o exercito, que ali esteve ameaçando incessantemente as duas potências aliadas dos Impérios centrais. Foi ainda por tal motivo que os Estados Unidos conseguiram transportar para a Europa mais de dois milhões de soldados, sem que os transportes, que os conduziam, fôsem detidos por qualquer audaciosa agressão das referidas esquadras adversas.

3.ª causa do triunfo para os aliados

Foi graças ao domínio do mar, portanto, que os aliados obtiveram a terceira das causas eficientes da terminação da guerra, representada na superioridade do número. Assim sem aquele domínio teriam visto provavelmente aniquilados seus

¹ A guerra com a França é inevitável, em breve, — dizia o referido general ao adido militar belga, por ocasião do jantar dado em Potsdam ao rei Alberto, no dia 6 de novembro de 1913, — e a vitória do exercito alemão é certa, ainda que tenha de ser obtida com enormes sacrificios e à custa de alguns desastres preliminares. Nada resistirá ao *furor teutonicus*, quando ele se desencadear. A nação germanica erguer-se-ha como um só homem para levantar a luva que o povo francês tiver a louca audacia de lhe arremeçar.

exercítos, quando as outras causas, que contribuíram para a sua victória, não houvessem anulado essa desvantagem¹.

Os generais alemães, aos quais foi essencialmente devida a iniciativa da propaganda do desenvolvimento naval, seguidamente à campanha de 1870-1871, se ainda existissem, encontrariam hoje plenamente justificada a sua campanha, e a doutrina em que a fundamentavam, qual a de que sómente com a existência de um poder naval capaz de contrabater a mais poderosa nação marítima, o exercíto alemão estaria à altura de realizar as aspirações nacionais. A Alemanha ficou vencida porque esta aspiração dos seus mais notáveis generais não conseguiu ser efectuada, graças á tenacidade do character inglês.

4.^a causa do triunfo para os aliados

A quarta circunstância, que concorreu, igualmente, para a derrota dos Impérios centrais e dos seus aliados, foi porque êles não tiveram por si, a preponderância de outro poder, que se equípara ao marítimo nos efeitos para a conquista da victória, que è o do ouro.

Poucos dias depois de declarada a guerra, que vai findar, escreviamos com fundada previsão: ²

«Os recursos industriais, agrícolas e outros, de que as nações dispoem, continuam a merecer, ainda, a reputação de formarem parte dos elementos prodominantes do Poder Militar dos Estados. Sem o seu incessante abastecimento não podem os exercitos beligerantes manter a resisténcia indispensável para que a direcção das operações siga firme e ousadamente. Os mantimentos, os instrumentos e engenhos, as provisões de guerra e todos es mais recursos indispensáveis à vida dos exercitos são destruídos, devorados, consumidos e

¹ Contava o Principe de Ligne, que indo visitar Voltaire o encontrou entusiasmado com os principios consignados na Constituição inglesa e empenhado em lhos explicar, ao que o Principe obtemperou: — «Ajuntai-lhes o Oceano, sem o qual a Inglaterra não seria o que é» —. Efectivamente, a grandeza da Inglaterra depende essencialmente da sua situação insular, intangível por efeito do dominio do mar, que ciosamente mantém.

² *Diario de Noticias* n.º 17650, de 29 de dezembro de 1914. número comemorativo do cincoentanário do referido jornal.

extraviados em tal abundância, e tão rapidamente, que o seu oportuno reabastecimento se torna dia a dia um dos problemas mais difíceis da arte da guerra.

«Não bastam, até, os recursos próprios de nações industriais tão ricas, como o são a França e a Inglaterra, para fazerem face a essas exigências da guerra, porque neste mesmo instante se vê estas potências aproveitarem a liberdade de comunicações, de que dispõem, para recorrer a nações neutras, como os Estados Unidos da América, solicitando-lhes o fornecimento de toda a espécie de material bélico e de provisões necessárias para manterem a vida dos seus exercitos.

«Donde deriva que, mais do que no momento em que, há séculos, foi pronunciada, tenha actualmente a maior oportunidade a frase do Padre António Vieira:— Para fazer a guerra são necessárias tres cousas essenciaes: dinheiro, dinheiro e mais dinheiro—. É porque dispõem de ouro na maior abundância, que os aliados podem realizar emprêsas tão consideráveis, como a repetição incessante dos diferentes abastecimentos, que muito tem contribuído para robustecer a sua situação. Um notável escritor financeiro estrangeiro assevera que os *stocks* de ouro, de que dispunham as nações que, em 31 de dezembro de 1910, formavam a Triplice Aliança, apenas subiam a 3.200.000.000 francos, quando o das outras potências, que compunham a *Triple entente*, se elevavam a 7.300.000.000. Supondo que a situação relativa das grandes potências componentes dos dois grandes agrupamentos, agora em luta, era aproximadamente equivalente à exposta, na data da declaração da guerra, e descontando a parte referente à Italia, vê-se que a maior acumulação dos depósitos de ouro constitue uma das grandes superioridades da *Triple Entente*»

A superioridade acusada não fez senão aumentar, durante o tempo do prosequimento da luta, quer por efeito do bloqueio cerrado em que os Impérios centrais foram contidos, quer pela adesão da Italia aos aliados, quer pela hostilidade manifestada contra aqueles Impérios pela grande maioria das nações civilizadas, que se haviam declarado neutras na primeira fase da luta, e que quasi todas se prestaram depois a auxiliarem os aliados. Não há que duvidar, que o «Império do ouro» pertencia a estes últimos, os quais, tendo igualmente

por si o «Domínio do mar», se encontravam na situação que Tierney¹, citado por Sir Charles Napier, definiu nas seguintes palavras:—«Dai-me uma esquadra bem equipada e um tesouro bem provido, e eu desafiarei o mundo—».

A predição realizou-se nos nossos dias, e tanto mais seguramente quanto que os aliados conseguiram converter em quadrupla essa dupla fôrça a que foi atribuído poder tão subido.

Efectivamente, tendo conseguido atingir a superioridade do número de combatentes, pela adesão dos Estados Unidos; realizar a unidade do comando, e confiar êste a um general com a devida capacidade para o exercer; assegurar o domínio do mar, e, finalmente, dispôr do império do ouro, o triunfo dos aliados tornou-se inevitável, a menos que a manifesta incapacidade ou a desarmonia entre os governos não anulassem inteiramente a preponderância desses elementos seguros da victória.

Por tal facto, a guerra prestes a findar não é só magestosa sôb o ponto de vista militar, mas ainda sôb o ponto de vista político. Tinha a Inglaterra adquirido a fama de dispôr sempre de governantes e diplomatas à altura da exigência das situações, que o mundo ia atravessando. As provas dessa mesma natureza, que se revelaram no grande conflicto mundial presente, não são em nada inferiores às do passado. É admirável o tino, a tenacidade e o espírito de previsão com que a nossa aliada se preparou para a luta de vida e morte, de há muito antevisita, entre a raça germânica e as raças anglo-saxonia e latina.

Presidiu a essa longa e habilíssima preparação de política da guerra o finado rei Eduardo VII, ácêrca do qual aqui escrevemos², que—«embora houvesse reinado apenas nove

¹ Jorge Tierney, foi um dos mais tenazes, eloquentes e fogosos parlamentares ingleses, adversario de Pitt, com o qual se bateu em duelo, em 1798, não ficando nenhum dos antagonistas ferido. Teve uma epoca de popularidade tal, que os seus eleitores do partido popular faziam batizar os filhos com o seu nome; sendo seguida por outra inversa, na qual eles davam aos cães esse nome, que tanto haviam venerado, acusando-o de apostasia politica.

Do referido Pitt, mais conhecido pelo titulo de lord Chattam, de quem Tierney foi implacavel antagonista, é que lord Greenvible dizia:—«que não queria formar parte de nenhum ministerio com ele, porque era uma unidade tão gloriosa, que seria sempre seguida de zeros».

² General Moraes Sarmiento. *A Política internacional de Eduardo VII e sua influência na guerra actual*—*Revista Militar* n.º 9, de setembro de 1915.

anos, se pode assegurar haver ainda continuado a reinar, se não pessoalmente, por virtude da acção política, que concebeu e movimentou com aquela orientação, e sem a qual não era arriscado assegurar, que muito diferentes haveriam de ser os resultados da guerra presente, porquanto a Alemanha teria conseguido, sem maior dificuldade, realizar grande parte das suas onnipotentes ambições—».

A repetição desta nossa homenagem à memória daquele soberano, tem a mais plena oportunidade, portanto, agora que a lucta vai findar.

Das bases em que a paz tem de assentar é prematuro tudo quanto por enquanto se possa dizer. As condições delineadas pelo Presidente dos Estados Unidos, em uma proclamação de todos conhecida, representam apenas uma generosa aspiração, que os grandes interêsses em litígio das várias nacionalidades procurarão modificar ao sabôr das próprias conveniências.

E' sabido que, nas nações aliadas, nem todas estão inteiramente conformes com o conjuncto dos princípios consignados na proclamação do Presidente Wilson, bastando, para não complicar a tese, citar o que se refere à *liberdade dos mares*, eufemismo êste destinado a obscurecer o princípio, que melhor se exprime pela frase:—*abolição do direito de captura*¹.

Nunca a Inglaterra admitiu semelhante doutrina, embora tenha havido estadistas, como Palmerston e Cobden, que outróra lhe não foram adversos, não desagradando éla ainda, na actualidade, a Grey. Foi aquella abolição proposta, não só na Conferência de Paris, mas na 1.^a e na 2.^a Conferências da Haya, mas em todas estas ocasiões a Inglaterra apresentou parecer oposto. Mais ainda: nesta segunda conferência, realizada em 1907, propôs esta potência a abolição de todas as regras referentes ao contrabando, afim de que as mercadorias transportadas pela via marítima ficassem sujeitas ao direito de

¹ Já estava escrito o presente artigo, quando a nota do Sr. Lansing, secretario de estado dos negócios estrangeiros dos Estados Unidos, de 5 do corrente, confirmou inteiramente esta previsão.

captura, sem admitir diferenças de classe, nem de destino. É certo que tal doutrina foi então combatida e regeitada pelos Estados Unidos, França, Rússia, Alemanha e Montenegro, mas não o é menos que, nos princípios da presente guerra, a Grã Bretanha a poz em plena execução, considerando como "*chiffons de papier*", a exemplo da Alemanha, os preceitos da Conferência de Londres, de 1909, nos quais, não só se diferenciava o contrabando absoluto do condicional, mas se havia prescripto, que — «em caso de guerra o blòqueio deveria ser limitado aos portos e costas do inimigo, quando por êle ocupadas —», disposições ambas aprovadas por unanimidade.

Nas regiões oficiais francesas, nem toda a doutrina contida na primeira resposta do Presidente Wilson ás propostas de paz alemãs mereceu aplauso, tambem, e tanto que, no jornal que passa por eco das inspirações do *Quai d'Orsay*, se convidava com pouca amabilidade aquele estadista — «a interromper imediatamente o seu infeliz (*malencontreux*) dialogo com a Alemanha» —, acrescentando que «— as formulas para a paz não estavam nas suas *enciclicas nebulosas*». Esta attitude desagradavel só foi modificada por ocasião da segunda resposta do referido Presidente á Alemanha, que já mereceu pleno aplauso, por nela se usar de uma linguagem vaga e imperiosa, que debalde se procurava na primeira. Na verdade, entre os dois documentos nota-se notavel divergencia, que é explicada pelo desejo de M. Wilson se congraçar, não sómente com os governos aliados, mas com os seus proprios compatriotas, por isso que muitos destes entendem que deve ser imposta aos alemães uma paz de violencia¹.

Não faltam presagios de que a elaboração do tratado de paz geral será emprêsa de difficil e longa realização. Portanto, de avisado procedimento será o aguardar os acontecimentos, antes de sôbre êles precipitar juízos, que os factos viessem destruir.

General MORAES SARMENTO

¹ As condições do armistício impostas aos alemães pelo marechal Foch são a demonstração mais cabal de que as opiniões manifestadas pelo Presidente dos Estados Unidos, na sua primeira resposta ao governo alemão, devem ser consideradas profundamente modificadas pelas circunstâncias supervenientes, o que o sr. Lansing permitira se concluísse do documento diplomatico citado na nota precedente.

PORTUGAL E A PAZ

OLIVENÇA

Chamaram os franceses a 1917 o ano da vitória e como êle decorresse sem que os adversários fôsem forçados a depor as armas, denominaram *decisivo* o que lhe sucedeu. Ou fôsse sugestão de crença profundamente arreigada ou seguro conhecimento da situação própria em relação à do inimigo, o certo é que 1918, depois das crueis anciedades da primavera, viu o almejado triunfo, objecto de tantos e tão custosos sacrifícios.

Quantos acontecimentos empolgantes neste último ano de guerra! Quantos episódios sugestivos! Qualquer dêles, só à sua parte, narrado nas suas causas e nas suas conseqüências, daria que fazer a quem se impozesse a tarefa de cronista de 1917. Foi primeiro o discurso do chanceler alemão Herling, a que respondeu o primeiro ministro inglês, Lloyd George, numa famosa réplica, ficando-nos destas duas falas retumbantes a impressão de que o fim da guerra estava ainda muito longe; depois a reunião, em Versalhes, do conselho superior de guerra, e como conseqüência dêle a demissão de lord Robertson das altas funções de chefe de estado maior imperial inglês, sucedendo-lhe o general Wilson, antigo director da Escola do Estado Maior, militar desconhecido fora da Inglaterra, mas muito considerado no seu país pelo seu saber profissional. Com êste acontecimento ligou-se também a passagem à reserva dum oficial que pela imprensa diária contestou publicamente umas afirmações do primeiro ministro, o major general Frederico Maurice, militar muito ilustre e muito ilustrado, que ha quatro anos percorreu, em demorada visita de estudo, acompanhado de alguns oficiais, os campos de batalha da guerra da Península no nosso país.

Emquanto estes e outros acontecimentos se desenrolavam à

retaguarda das linhas de combate, na frente ocidental os contendores limitavam-se a simples correrias, mais para manter o adversário em alarme, fatigando-o, do que para obter quaisquer efeitos táticos ou estratégicos. Estes sobresaltos não poupavam, é obvio, o sector português, e até em 2 de Março as nossas tropas tiveram de repelir um ataque que chegou a trazer os soldados inimigos às suas trincheiras.

O exército de Salónica parecia entretanto continuar na sua imobilidade e inércia do ano anterior, mas na Palestina, em fins de fevereiro, os ingleses apoderavam-se de Jericó.

O inverno, porém, não se resumiu nisto. A semelhança da idade média que, na aparência infecunda, foi realmente um lapso de laboriosa gestação, o inverno de 1917-18 preparou na sombra grandes coisas, entre outras a paz dos impérios centrais com a Rússia, terminada pelo tratado de Brest-Litovsk, a organização militar dos Estados Unidos da América do Norte, a acumulação de grandes forças alemãs em certos pontos da frente ocidental e a intervenção japonesa na Sibéria.

A rotura da liga contra a Alemanha, pela separação da Rússia, fez crer por um momento que a vitória ia decididamente pender para os impérios centrais, pois não só se lhe atribuía um grande efeito moral, senão também permitia ao inimigo retirar grande parte das tropas que tinha empenhadas na sua frente oriental para as empregar onde o seu estado maior mais as reclamava. De facto a situação dos aliados foi julgada grave por eles próprios, sem que todavia houvesse desfalecimentos fatais.

A navegação aérea aumentava de actividade de ambos os lados, tendo os alemães feito vários *raids* sobre Paris, cidade contra a qual nada intentavam havia mais de um ano. Numa dessas excursões aéreas — é curiosa a aproximação! — nota um jornal francês que as vítimas foram 131, isto é, tantas quantas causou o bombardeamento de que essa cidade foi objecto em 1871!

A intervenção japonesa em terra, na Sibéria Oriental, depois de se ter dado no mar, é decerto um acontecimento, pelo precedente que estabelece, que no futuro ha de ser de grandes conseqüências. Desta vez explicou-se pela necessidade, para os aliados, de salvar dos alemães o material de guerra e utensílios vários acumulados no extremo oriente, e que o Ja-

pão fornecera à Rússia na persuasão de que ela não desistiria da guerra. A segurança dos aliados exigia que se assegurasse a posse desse material, que era considerável, pois se cifrava em milhões de metros de fazenda para uniformes, de botas e de cobertores de lã, mil quilómetros de carris, tresentas peças pesadas, cinco milhões de espoletas de granadas, etc. Não se tratava, pois, de hostilizar o aliado de ontem: tomava-se uma medida de segurança.

Chegava entretanto a primavera e com ela as esperadas operações deste ano. Em 22 de março deu-se a primeira ofensiva alemã, numa extensão de 70 quilómetros, do Scarpa ao Oise, guarnecida pela ala direita das tropas britânicas — a batalha da Picardia. A pressão foi violenta e inesperada, tendo os aliados de ceder terreno e de vir ocupar posições à quem das que guarneciam em 31 de dezembro de 1916. O Somme foi passado em vários pontos pelo inimigo, que se deteve nas margens do Avre.

O despojo que os alemães obtiveram foi enorme, mas êste grande acontecimento, deplorável como é, teve a feliz consequência de mostrar aos aliados a necessidade imediata de crearem o comando único.

A escolha do oficial que havia de exercer essas altas funções, foi a mais feliz que podia ser, pois recaiu num general que aos dotes de homem de gabinete e a uma grande ilustração, juntava larga experiência da guerra e um incontestável talento.

Em 9 de abril, às 4 da madrugada, nova e violenta pressão dos alemães, de La Bassée a Armentières, conhecida por Batalha de Flandres. Desta vez o nosso sector e os que se lhe avizinhavam foram atravessados em vários pontos, conseguindo os alemães atacar pelas costas e aprisionar cerca de 9.000 dos nossos soldados. O inimigo, mercê do nevoeiro denso que encobria o horisonte, — como outr'ora fizeram os franceses, na retirada para Santarem e Cartaxo, — conseguiu aproximar-se até cinquenta metros das nossas trincheiras sem ser visto. Daí, em parte, o seu fácil êxito.

Em princípios de Junho nova avançada contra a frente francesa, recorrendo os alemães aos mesmos processos de bombardeamento intenso e pressão violenta com tropas acumuladas de antemão. O inimigo, passando sucessivamente Chemin-des-

Dames, e os rios Itiene e Oureg, alcançou Châteaux-Thierry sôbre o Marne, onde parou.

Depois segue-se a custosa ofensiva francesa, já então sob a direção do marechal Foch. Parecendo a princípio limitar-se a desfazer as duas bôlsas que os alemães tinham na sua linha — a de Châteaux-Thierry e a de Montdidier, — tomou tal incremento que levou os aliados aos confins da fronteira e à vitória.

Outro facto importante a assinalar nesta resenha é a campanha de Itália, na segunda quinzena de junho, em que os austro-alemães, sob a direção de Boroëvic, repeliram os italianos até ao rio Piave, onde afinal foram detidos, mercê da intervenção dos franceses e dos ingleses, que logo dirigiram tropas para o teatro de operações.

Muitos outros acontecimentos importantes haveria a registar, uns de carácter político, outros militares, como as dificuldades da aplicação do serviço militar obrigatório na Irlanda; a conspiração dos *sinn-feiners*, nessa mesma insubmissa ilha, e que é, se não nos enganamos, a segunda que se dá durante a guerra; o *raid* memorável dos ingleses contra o canal de Zeebrugge; a perseguição da espionagem ou, antes, do pacifismo, em França, que levou ao cadafalso Bolo e à cadeia o antigo ministro das finanças e devotado socialista Caillaux; o fusilamento do imperador da Rússia; a campanha submarina; os *tanks* ou artilharia de assalto, sôbre a qual se poderia escrever um volume, e uma multidão de coisas, cujo simples registo encheria páginas.

Tudo isto, porém, que é muito e seria imenso noutra ocasião, fica na penumbra, porque outro acontecimento mais alto, mais grandioso, veio rematar gloriosamente a série das coisas grandes: a vitória, e com ela a paz! Depois de quatro anos e alguns meses de indizíveis sacrifícios, em que se apellou para todas as energias, em que foram postas à prova as qualidades de tantas nações, soou enfim e inesperadamente a hora da paz.

Inesperadamente, dizemos, porque para aqueles que, como nós, teem seguido atentamente os acontecimentos, sem todavia estarem no segrêdo íntimo da verdadeira situação dos belige-

rantes, afigurava-se que, aproximando-se a trégoa forçada do inverno, o final desta temerosa guerra só viria no futuro ano de 1919, quando os Estados-Unidos tivessem reunido em França os seus colossais recursos de toda a espécie, que forçosamente decidiriam o pleito em nosso favor.

O que as gerações futuras dirão e escreverão desta guerra, que em duração está, porém, muito longe de competir com algumas das grandes lutas do passado, mas que as excede talvez a todas em violência e intensidade, é incalculável! Basta lembrarmo-nos de que, volvido um século sobre as campanhas napoleónicas, ainda não se esgotaram os estudos, as memórias, os comentários e uma infinidade doutros escritos sobre elas!

E não só os eruditos, senão também o povo simples e ingénuo, ao serão, falará por largos anos da *grande guerra*, e, como dizia o poeta, a propósito das gloriosas façanhas de Bonaparte:

L'humble toit, dans cinquante ans,
Ne connaîtra plus d'autre histoire.

Não exageremos, porém, os factos. A cada passo se ouve e se lê que esta é a maior de todas as guerras que o mundo tem conhecido. E' cedo para emitir tál juízo. A posteridade, alheia às paixões que nos devoram e esclarecida e guiada pelos dados serenos da estatística, julgará talvez de outra maneira. Os meios de luta e de destruição excederam decerto muito os que os tempos passados, mesmo os mais próximos de nós, conheceram, mas no ponto de vista tático e estratégico esta guerra ficará, a nosso ver, muito abaixo das lutas do princípio do século passado, pois lhe faltam os lances geniais que distinguem aquelas e que as tornam perpétuos modelos; e quanto às convulsões em que a Europa então se debatia, não foram elas menos violentas que as que experimentou nos últimos quatro anos. E' cedo para ajuizar.

Mais do que os admiráveis progressos dos engenhos da guerra, nesta enorme luta ha, cremos nós, a admirar as qualidades de alguns dos povos que nela intervieram, confirmando-se mais uma vez a eterna verdade de que o principal elemento da guerra, aquele que excede em importância os

outros, aquele que com pequenos recursos pode fazer grandes coisas, e que nunca fará coisa de vulto se o valor lhe faltar, embora lhe sobrem os meios, é o homem! E nesta parte, prestando preito ao heroísmo dos soldados belgas e franceses e ao saber profissional dos seus dirigentes, ao espírito de organização, de método e de disciplina da Allemanha, da qual Asquith dizia ser o país mais bem preparado para a paz e para a guerra, a nossa admiração vai principalmente para a inegualável tenacidade do povo inglês, que nadá abate.

Quando a situação parecia desesperada, em seguida a acontecimentos que chegaram a dar a impressão de que a vitória se inclinava indubitavelmente para os impérios centrais, quando o desânimo parecia invadir todos os peitos, ouvia-se dos escombros aparentes troar a voz da Inglaterra pela bôca de alguns dos seus férreos estadistas, incitando, animando, ameaçando o adversário, clamando que se tratava dum simples incidente de guerra, que era preciso proseguir, que a vitória era certa! E' a mesma tenacidade inabalável do homem admirável que se chamou Lord Wellington e de todos os estadistas britânicos, do século passado, que desafiaram, impávidos, o poder colossal de Napoleão, e a quem não consentiram nunca em chamar senão general Bonaparte, excepto, — curiosa excepção! — num documento: — a convenção de Cintra.

A guerra custou muitos sacrifícios. Oxalá a paz possa ser duradora! Nós não cremos na paz perpétua que aí se apregoa. A *Sociedade das Nações*, com que se procura conseguir êsse ideal, não passa duma bela utopia com que a humanidade sonha quando uma luta encarniçada, longa, porfiada, na aparência interminável, lança as nações umas contra as outras. Os horrores das lutas dos principios do século passado originaram a *Santa Alliança* entre os soberanos da Rússia, Prússia e Austria, que diziam serem os seus domínios apenas províncias do mesmo reino cristão; 1918 terá a *Sociedade das Nações*.

Se as próprias contendas civis levam tantas vezes ao derramamento de sangue, poderiam acaso resolver-se pacificamente os pleitos entre povos de raças diferentes?

Mas se a paz não pode ser perpétua, poderá pelo menos ser de longa duração, se entre o beligerantes de ontem não ficar um fermento de ódio. Havendo feridas que sangrem,

como as que os alemães deixaram no corpo da França arrebatando-lhe parte do seu território em 1870, a guerra é, mais cedo ou mais tarde, inevitável e cruenta.

A guerra há-de fazer-se, diz um grande espírito, que espíou as suas culpas, se as tinha, com muitos anos de penitência, o bispo Sebastião Cesar, *a guerra ha-de fazer-se de modo que finda ela, se possa tornar a ser amigo do seu inimigo.*

Os beligerantes da guerra actual apartaram-se infelizmente desta máxima tão profundamente filosófica. A imprensa, essa arma mais forte que todas as outras, cavou um abismo profundo entre êles. De resto, as condições do armistício, que nesta hora nos chegam, afiguram-se-nos excessivamente rigorosas, — embora o militarismo prussiano esteja destruído, o que, dizia-se era o objectivo da luta, — e não são de molde a aproximar os contendores para uma paz duradora.

Portugal abraçou sem tergiversações a causa da sua aliada declarando-se incondicionalmente a seu lado desde a primeira hora, com um desassombro que outras nações mais poderosas e mais interessadas na contenda não tiveram.

Mera adesão a princípio, a sua participação efectiva na luta fez-se logo que os aliados lha sugeriram. Cem mil homens partiram então para os campos de batalha da Europa e da Africa Oriental onde, com uma abnegação que muito honra as tradições de lealdade da nação portuguesa, derramaram o seu sangue até soar a hora de armistício.

Nas lutas do princípio do século passado também Portugal se achou envolvido e a sua acção foi tão importante que um notável estadista britânico a definiu nestas sugestivas palavras: «A Inglaterra foi a alavanca que aluiu o poder de Napoleão tendo por ponto de apoio Portugal.»

Numa guerra gigantesca pelos efectivos que nela intervieram, onde os homens se contavam por milhões, a nossa cooperação não teve decerto o valor da que prestámos em 1807-1814, mas nem por isso deixa de representar para Portugal um imenso sacrifício, que a história ha de julgar com justiça e que ficará gloriosamente assinalado nos seus anais militares.

Na conferência em que os beligerantes decidirão da paz, Portugal impôr-se-há à consideração das potências pela honradez desinteressada do seu procedimento e pela sua grande e perdurável obra colonial, que a não ha maior. De facto, o Brasil, com a sua invejável prosperidade e com a enorme pujança da sua população de raça portuguesa, é um imorredouro padrão das nossas aptidões colonisadoras. Foi Portugal, com os seus diminutos recursos de então, que o colonizou, que o civilizou, que o livrou da cobiça de estranhos e que o habilitou, quando lhe reconheceu a independência, a viver como nação livre, sempre vinculada por fortes laços de amizade à mãe pátria. Mas se o Brasil é o exemplo mais eloquente da nossa grande obra colonial, não é o único; todas as outras colónias portuguesas atestam o nosso esforço em seu favor, a nossa iniciativa, os nossos sentimentos humanitários e altruistas para os indigenas. Se a sua prosperidade não pode sofrer o confronto de outras colónias estrangeiras, nem do Brasil, isso não significa que da nossa parte não tenha havido pelas colónias o zelo mais acrisolado. Tomando para exemplo uma delas, Moçambique, precisamente aquela em redor da qual a cobiça estrangeira mais tem adejado, que vemos, ao compulsar-lhe a história? A dedicação mais desinteressada de todos os seus dirigentes, que por vezes vai até ao sacrifício, a observância mais stricta dos compromissos tomados, e um martirio sem igual de missionários, viajantes, soldados, funcionários, todos empenhados na sacrosanta missão de civilisar os seus inóspitos sertões. Se o seu clima não fôsse tão mortífero, se, como já dizia João de Barros, a cidade de Moçambique não engulisse mais gente que o cemitério da maior vila de Portugal, ao que temos feito pela Província, ela seria hoje outro Brasil.

Quantas expedições, desde a de Francisco Barreto em 1571 até aquelas que tão brilhantemente se assinaláram nos fins do século passado e comêços dêste, quantas, diziamos, tem deixado o Tejo em demanda de Moçambique, com o fim de firmar o domínio português nos seus imensos sertões?! E sempre que as iniciativas estrangeiras procuraram a nossa bandeira, para, sob a protecção dela se expandirem, encontraram invariavelmente o mais dedicado auxílio, a mais leal coadjuvação a aplanar-lhe o caminho, como em Lourenço Marques, a

pérola da Africa Oriental, onde não nos temos poupado a esforços nem sacrifícios para a tornar uma cidade moderna e para acudir a todas as necessidades do seu animado tráfego commercial.

Eis como Portugal se apresenta na conferência da paz, onde talvez tenha de ser revista a partilha colonial.

O nosso país não solicitará decerto a paga dos seus desinteressados serviços à causa dos aliados; todavia neste momento histórico verdadeiramente excepcional, em que as nações procuram reconstituir-se com a integração dos fragmentos étnicos que por causas várias délas se separaram, Portugal tem direito, como talvez nenhum outro país, a apresentar perante o magno congresso da paz uma reclamação: a restituição de Olivença.

Para que o leitor desapassionado julgue quanto ha de justo nesta pretensão, recordemos sumariamente os factos que levaram à separação da mãe pátria, dêsse pedaço do território nacional e à sua incorporação no país vizinho.

Nos fins do século xvii e princípios do seguinte a Europa estava em plena efervescência das lutas napoleónicas.

A Espanha, depois de ter solicitado o nosso auxílio contra a França, que ameaçava avassalá-la, e de nos ter a seu lado nas montanhas do Russilhão em 1793 e 1794, aliou-se com a sua inimiga da véspera e em 1801 declarou-nos guerra.

Por circunstâncias que estão fora do objectivo dêste artigo, o nosso exército não estava preparado. Fomos destroçados em Flor da Rosa; Campo Maior, a cujo cêrco assistiu, diz o testemunho de alguns coevos, Luciano Bonaparte, irmão do grande capitão, ofereceu uma resistência digna e salvou, pode dizer-se, a honra das armas portuguezas.

Por pressão do govêrno francês assinou-se em 29 de setembro o tratado de paz de Madrid, que nos obrigou a uma forte indemnização pecuniária e nos arrancou Olivença e o território limitrofe.

Nos fins de 1807 sobreveio a invazão franceza e a retirada para o Brasil do príncipe regente que, uma vez alí, declarou guerra à França. As nossas tropas coloniais invadiram então a Guiana, fizeram prisiioneira a sua guarnição e assenhorearam-se daquela possessão franceza.

Entretanto na Península dávam-se acontecimentos impre-

vistos. A Espanha, que pelo célebre e conhecido tratado de Fontainebleau colaborára na partilha do nosso território e consentira em deixar passar tropas para nos atacarem, viu-se subitamente apunhalada pelo mesmo ferro com que pretendia assassinar-nos.

De facto as tropas francesas, a pretexto de que vinham para Portugal, invadiram a Espanha, venceram a sua desordenada, embora por vezes brilhante resistência, e dominaram-lhe os brios patrióticos.

Na sua famosa campanha da Extremadura, Soult cercou Olivença nos princípios de janeiro de 1811 e poucos dias depois a praça rendia-se com os seus quatro mil defensores!

Os ingleses entretanto desembarcaram em Portugal, fizeram a rápida campanha da península de Torres Vedras, que terminou pela batalha do Vimeiro e convenção de Cintra; o nosso exército reorganizou-se e com os seus aliados fez a campanha do Porto, que atirou com Soult para o território espanhol. A êste triunfo seguiram-se os da campanha de 1810, que pôz definitivamente fim às invazões francesas. Em 9 de abril de 1811 o exército a que então se chamava do Sul e que era na sua grande maioria composto de portugueses, às ordens de Beresford, apresentou-se diante de Olivença, pôs-lhe cêrcos e obrigou-a a render-se, ficando a guarnecê-la um destacamento do nosso regimento de artilharia 3 e um regimento de infantaria também nosso, daí a pouco rendidos por tropas espanholas!

Depois, sempre com os nossos aliados e já então com o auxílio dos espanhoís, invadimos a nação vizinha e fizemos a famosa campanha de 1812 e 1813, libertando a Espanha do domínio francês.

Veio então a paz e o congresso de Viena, e em virtude das deliberações nêle tomadas, entregamos à França a Guíana, por ter sido uma conquista feita em consequência das guerras contra Napoleão.

Olivença, conquista devida indubitavelmente às mesmas causas, e embora os nossos representantes no congresso empregassem as mais altas diligências para a reaver, não veio para Portugal. Ficou a questão para ser tratada directamente com a Espanha. Como é tortuosa a política!

Entrou-se então em ajustes, mas a Espanha exigia uma

lesiva rectificação de fronteiras na América, e depois de muitas conferências, as negociações foram interrompidas.

Esta foi a recompensa dos nossos sacrificios, que por tantos anos nos deixaram arruinados!

Eis os factos sumariamente descritos.

É sempre tempo de reparar uma grande injustiça, e a ocasião é o mais oportuna possível, visto que se trata de reconstituir as nacionalidades como um dos melhores meios de evitar as guerras. Ora Olivença é por direito e pelas suas afinidades étnicas uma terra legitimamente portuguesa e que desde 1297 a 1801 — cinco séculos! — esteve sob o nosso domínio.

Novembro de 1918.

Coronel TEIXEIRA BOTELHO.



Preparação de oficiais para o exército americano em operações na Europa

De uma publicação espanhola que reproduz o relatório de um adido militar ácerca dos Campos de instrução para a oficialidade dos corpos de reserva e dos candidatos a oficial do exército dos Estados Unidos, extraímos as informações que seguem e cujo conhecimento nos parece interessante para se avaliar como os americanos resolveram o difícil problema de improvisar oficiais que enquadrassem o numeroso exército por êles levantado e enviado à Europa, a tomar parte tão importante na actual guerra.

O primeiro problema que o Ministério da Guerra dos Estados Unidos teve que resolver, quando êste país declarou guerra à Alemanha e se viu na necessidade de improvisar um exército, foi o da oficialidade.

Nessa época os americanos contavam unicamente: primeiro, com os quadros do exército regular, suficiêntes apenas para um efectivo máximo de 120.000 homens; segundo, com os oficiais da Guarda Nacional, os quais ainda que no papel correspondiam aos 200.000 milicianos organizados nos diferentes Estados da União, na realidade ficavam reduzidos a número limitado, desde que se prescindisse dos muitos que pela idade, doença, deficiências físicas e falta de conhecimentos militares não se encontravam em condições de entrar em campanha ou a quem não convinha confiar o comando de tropas na actual guerra; finalmente com o pequeno número de inhabeis oficiais dos corpos de reserva, creados por leis pouco práticas, promulgadas em épocas em que as necessidades militares da nação eram pouco urgentes.

O total de oficiais destas tres procedências, de modo algum podia satisfazer as exigências dos quadros de um exército su-

perior a 300.000 homens, e a lei de 18 de Maio de 1917 creava um que excedia um milhão de soldados e que poderia ser augmentado de mais 500.000.

Ante a imperiosa necessidade de obter officiaes, o Ministério da Guerra resolveu estabelecer campos de instrução para os respectivos candidatos, onde fossem professados e praticados cursos geraes, de tres meses de duração.

Claro é que em tão curto praso, não era possivel formar officiaes perfeitos, mas contou-se em primeiro lugar com a educação física e a cultura geral que ja possuissem os individuos que solicitassem admissão nos campos e também com a selecção que havia de fazer-se no momento da conclusão dos cursos, entre os muitos milhares de mancebos que sem duvida corresponderiam ao apelo feito pelo Presidente Wilson.

Organisação geral dos Campos de instrução

Em virtude das disposições contidas nas leis de 3 de Junho de 1916 e de 18 de Maio de 1917, e por ordem do Ministério da Guerra de 15 de Agosto deste último ano, foi estabelecido o programa do primeiro curso de instrução, que havia de começar em 27 de Agosto e findar em igual dia do mês de Novembro, e ao qual se seguiriam outros cursos, subordinados ao mesmo plano.

Para receberem instrução nos acampamentos que se creavam, foram designados os officiaes dos corpos de reserva e os graduados e praças do exercito regular que voluntariamente se apresentassem e tivessem boas informações dos respectivos chefes.

Além disso foi autorizada a admissão de individuos da classe civil que solicitassem e satisfizessem aos requisitos de idade e às condições físicas e de cultura intelectual, umas e outros fixados pela repartição do Ajudante General, e aos quaes, depois de admitidos, se obrigou a firmarem um contracto de alistamento pelos tres meses da duração do curso.

Não sendo possivel reunir em um só Campo o grande número de candidatos que era necessário instruir e para os não afastar demasiadamente dos seus habituais domicílios, foi o território continental dos Estados Unidos dividido em 16 dis-

trictos militares, sendo estabelecido um campo de instrução na area de cada districto.

O quadro seguinte indica a situação destes acampamentos, o número de alunos que em cada um dêles pode receber instrução e ainda os aumentos dêsse número, que posteriormente foram autorizados, com o fim que mais adiante se exporá.

Districtos militares	Campos de instrução	Número primitivo de alunos	Aumento autorizado	Total de alunos
I	Plattsburg.....	1.478	225	1.703
II	Idem.....	1.263	225	1.488
III	Fort Niagara.....	1.281	150	1.431
IV	Fort Oglethorpe.....	1.297	150	1.447
V	Fort Myer.....	1.300	150	1.450
VI	Fort Oglethorpe.....	1.294	150	1.444
VII	Idem.....	1.237	150	1.387
VIII	Fort Banjamim Harrison....	1.322	150	1.472
IX	Idem.....	1.072	150	1.222
X	Fort Sheridan.....	1.140	150	1.290
XI	Idem.....	1.262	150	1.412
XII	Leon Springs.....	1.123	150	1.273
XIII	Fort Snelling.....	1.479	150	1.629
XIV	Fort Sheridan.....	1.258	150	1.408
XV	Leon Springs.....	1.456	150	1.606
XVI	Presidio de S. Francisco.....	1.397	200	1.597
	Total.....	20.669	2.600	23.269

Os aumentos foram concedidos principalmente para serem aproveitados pelas praças do exército regular, qualificadas em 17 de Março de 1917 como merecedoras de receber nomeação temporaria de oficial em caso de guerra e que não haviam podido seguir o curso especial que funcionára em Abril dêsse ano.

Os candidatos a oficial não receberam todos a mesma instrução; esta variou conforme a arma a que se destinavam. Ao chegarem aos diferentes campos, foram êsses candidatos repartidos por armas, atendendo: primeiro às suas aptidões e desejos; segundo ás respectivas condições físicas e intellectuais e por último à necessidade de que existisse a devida proporção entre as armas.

Tomando como indices da proporcionalidade 0,667 para a infantaria — o que corresponde a $\frac{2}{3}$ do número de candidatos — 0,294 para a artilharia, incluindo a de costa, e 0,039

para a cavalaria, fez-se a seguinte distribuição de alunos, a qual ainda que não coincide exactamente com os resultados obtidos da aplicação de tais índices, dêles se aproxima bastante.

Campos de instrução	Concorrência calculada	Infantaria	Artilharia	Artilharia de costa	Cavalaria
I	1.703	1.189	367	101	46
II	1.488	1.008	351	86	43
III	1.431	969	344	77	41
IV	1.447	980	337	88	42
V	1.450	984	336	88	42
VI	1.444	978	336	88	42
VII	1.387	939	324	84	40
VIII	1.472	996	343	90	43
IX	1.222	828	286	73	35
X	1.290	874	301	78	37
XI	1.412	956	329	86	41
XII	1.273	862	296	78	37
XIII	1.629	1.103	378	101	47
XIV	1.408	953	328	86	41
XV	1.616	1.094	375	100	47
XVI	1.597	1.082	373	96	46
	23.269	15.795	5.404	1.400	670

A proporção para os oficiais de Artilharia de costa não foi fixada numericamente; entre todos os campos foi porem repartido o número total dos que o respectivo corpo necessitava

O efectivo total de alunos foi determinado tendo em conta a capacidade de alojamento dos campos e as necessidades do exército, porem nem todos os acampamentos foram completamente occupados durante o primeiro curso. Nalguns dêles a concorrência foi menor do que a esperada pelo Departamento da Guerra e ainda que o número de candidatos aumentou posteriormente à abertura dos cursos, êsses candidatos não iniciaram a instrução emquanto a não concluíram os que a haviam começado em 15 de Agosto, isto é a 1.^a turma.

Os candidatos, ao apresentarem-se nos campos e depois de uma preliminar distribuição por armas, foram organizados em companhias e baterias, não havendo esquadrões porque o Estado não pôde fornecer cavalos nem arreios; os aspirantes a oficial de cavalaria tiveram de ser incorporados nas unidades de infantaria e receber a instrução correspondente a esta arma.

Os oficiais de reserva e da Guarda Nacional não gozaram de qualquer regalia especial durante a permanência nos acampamentos, sendo considerados como soldados alunos, em virtude do que usaram o mesmo uniforme consignado aos oriundos da classe civil e foram alimentados e alojados com estes e com os alunos procedentes dos graduados das tropas do exército regular.¹

O comando superior dos campos de instrução foi confiado a coroneis, sob cujas ordens foram colocados vários oficiais para organisarem a respectiva administração, a qual ficou constituída por duas secções distinctas: uma encarregada dos assuntos respeitantes ao pessoal, material, policia e ordem no recinto de cada campo; outra incumbida da direcção dos estudos e instrução prática.

Além do pessoal militar, quasi todo êle procedente do exército regular, as duas secções foram completadas com empregados civis.

Para não alongarmos excessivamente êste artigo com assuntos que pouco interesse podem afinal oferecer aos leitores da *Revista Militar*, suprimiremos as informações relativas a: uniforme, armamento e equipamento dos alunos; sua alimentação; vencimentos; precauções sanitarias e policia dos campos, cuidados higienicos, etc...

Como nota curiosa, apenas notaremos que o vencimento

¹ Compare-se esta sensatíssima e verdadeiramente prática e previdente resolução com o que sucedeu entre nós em relação aos alferes milicianos admitidos na Escola de Guerra, para frequência dos respectivos cursos e passagem ao quadro permanente.

Todos se devem lembrar dos atrictos que surgiram naquela Escola, dos queixumes e até manifestações de indisciplina a que deu origem o simples facto dos alferes milicianos tomarem parte na instrução tactica sem desempenhar funções de official... e até da celeuma tão insensatamente levantada — o que de resto não é para causar estranheza! — no nosso Parlamento! Não consta que nos campos de instrução dos Estados-Unidos houvesse manifestações de indisciplina por motivo dos officiais de reserva e da Guarda Nacional serem, durante a instrução, considerados *soldados-alunos*... e se as tivesse havido, o que não haveria decerto era *officiais-políticos* a patrociná-las e a defender os seus auctores publicamente!

mensal de cada aluno, desde a data da apresentação nos campos até à conclusão do curso ou data do seu licenciamento, foi fixado em 100 *dollars*... o que, ao cambio normal, corresponde em moeda portugêsa a não menos de 90\$00.

Além deste vencimento, ainda aos candidatos a oficial foi concedido um subsidio para a marcha tanto de ida, como de regresso dos campos.

Seleccção dos alunos

Ainda que a principal seleccção se realizou no final do curso, baseando-a nas classificações definitivas e no comportamento durante o periodo de instrução, foi muito especialmente recomendado aos comandantes dos acampamentos e instructores a exclusão, *sem contemplanções*, de todos os alunos que notoriamente carecessem de aptidões ou as não possuissem no grau requerido por uma instrução tão precipitada.

Para garantir porém a justiça das expulsões, constituiram-se tribunais ou juntas compostas por dois officiais do exército regular e um medico, tendo êste voto unicamente ácerca das incapacidades ou deficiencias físicas, incumbindo aêsses tribunais examinar separadamente cada caso submetido à sua apreciação. Aos alunos foi porém concedido o direito de defesa perante o tribunal e o de apresentação de provas e testemunhas de justificação.

Os officiais dos corpos de reserva que não estavam em situação activa, os da Guarda Nacional e os candidatos civis foram presêntes a uma inspecção ante aqueles mesmos officiais, constituídos em Junta, sendo reprovados os que não reuniam as condições exigidas para o serviço militar. Entretanto nos casos de pequenos defeitos físicos e sob previa consulta favoravel do official medico, os comandantes dos campos, autorizados pelo Departamento da Guerra, admitiram deficiencias físicas de pouca importância.

Maíor severidade houve porém nos casos de mau procedimento e pouca dedicacção ao trabalho. Todos os alunos, tanto officiais da reserva e da Guarda Nacional como civis, que deram provas de maus habitos, falta de character, pouca inteligencia ou nenhum aproveitamento, foram julgados pelos tribunais e abatidos ao efectivo dos campos, sempre que o re-

sultado do julgamento lhes foi desfavoravel. Unicamente ao tratar-se de officiaes da reserva ou da Guarda Nacional, foi submetido o processo para definitiva resolução aos ajudantes generaes do exército ou do Estado a que o official pertencia; nos demais casos, a aprovação do coronel chefe do acampamento validou as sentenças proferidas pelo respectivo tribunal.

Caracter dado à instrução

Das tres classes de alumnos que frequentaram os cursos, duas, isto é as constituídas pelos officiaes da reserva e da Guarda Nacional e pelas praças do exército regular, possuíam conhecimentos militares mais ou menos desenvolvidos e esta última completa ideia e prática da disciplina. Além disto, a maioria destes alumnos havia seguido alguns ou todos os cursos de ensino do segundo grau (*high school*), pois poucos são os americanos, ainda mesmo das classes baixas, que se limitam a aprender as primeiras letras e ainda que aquele ensino é bastante elemental, basta comtudo para proporcionar ao americano uma apreciavel cultura geral.

A maioria dos civis que solicitaram ingresso nos campos de instrução era composta de mancebos que seguiam estudos superiores ou os haviam já concluído, de empregados do comércio e da indústria com excelente instrução, e de profissionais das diversas artes e indústrias tão desenvolvidas no seu país.

A propaganda a favor do alistamento no exército, a nota de anti-patriotismo aplicada aos que se não apresentavam e a probabilidade do chamamento às fileiras, em virtude da lei do serviço militar obrigatório, foram causa de que grande número de mancebos das classes alta e média preferissem o alistamento voluntario no exército como officiaes, ao risco de terem que o fazer mais tarde e obrigatoriamente como soldados.

Os alumnos não constituíam pois uma multidão ignorante e inculta à qual fôsse necessário ministrar alguma espécie de instrução preparatória, mas, pelo contrario, formavam uma corporação bastante homogenea de jovens cheios de entusiasmo e com conhecimentos gerais suficientes para lhes tornar comprehensíveis e assimiláveis as materias militares elementares que

apressadamente iam estudar num curso de tres mêses de duração.

Nestas circunstâncias, foi resolvido basear o curso de instrução na experiência adquirida pelos exércitos europeus nos anos já decorridos de guerra contínua, não perdendo de vista que o primeiro requisito para instruir exércitos modernos é a perfeição na prática dos principios fundamentais e nos respectivos pormenores.

Depois de discutido e estudado a fundo o problema, o Estado Maior americano redigiu os programas que mais adiante publicaremos, procurando dar cabimento nêles aos conhecimentos indispensaveis ao official nas suas tres missões de instructor, de administrador, e de comandante de forças em combate, o que diligenciou conseguir pela seguinte forma:

1.º — fazendo praticar aos futuros officiaes os mesmos exercicíos tacticos elementares que por sua vez deverão ensinar aos recrutas e sujeitando-os à rígida disciplina e observação de todos os deveres que são obrigados a exigir dos seus subordinados;

2.º — sujeitando-os a observar o mesmo genero de vida que os soldados que hajam de comandar, ensinando-lhes a alimentá-los, a administrá-los e discipliná-los, e finalmente a cuidar da sua saude e bem estar;

3.º — dando-lhes completa noção do emprego tactico das tropas em combate e fazendo-lhes praticar o comando das pequenas unidades.

Quanto á forma de ministrar esta instrução, teve-se em conta, antes de tudo, as condições muito especiais que atravessava o país e as características do character americano. Era necessário proceder com rapidez e tratava-se de uma raça nervosa e por consequência pouco adequada para grandes trabalhos sedentários que requeiram a continua concentração das forças intellectuais,

Até em épocas normais repugnam ao americano as aulas teoricas de grande duração, que lhe cançam o espirito e enervam os musculos, e por isso em todos os colégios e universidades foi banido o trabalho intellectual durante muitas horas seguidas, substituindo-o por uma série alternada de exercicíos físicos e trabalhos mentais, os quais se tornam agradaveis por meio de applicações práticas da teoría e explicações simples de character quasi familiar.

Ao ser estabelecido o sistema de instrução nos campos, estas ideias foram aplicadas com maior exagero, se é possível, do que em tempo normal, proibindo-se *as séries de lições teóricas, porque muito depressa cansam o aluno sem darem resultados práticos*. Para as substituir e tendo em conta que o requisito mais importante para lograr a atenção do aluno é *a amenidade com que se apresentam os assuntos*, procurou-se que a nomeação dos instructores recaísse em oficiais que, conhecendo a fundo as materias do ensino, soubessem expô-las de maneira simples e amena, sendo-lhes recomendado que intercalassem com o trabalho prático conferências curtas e até palestras familiares com os alunos.

Igualmente foi dada uma grande liberdade aos instructores no respeitante à forma de conduzir a instrução, dentro da distribuição geral do tempo exposta nos programas, autorizando-os a nomear ajudantes instructores, escolhidos entre os próprios alunos que, por serem oficiais, possuíssem já conhecimentos militares ou que, por haverem seguido determinada profissão, estivessem habilitados com alguma sciência applicavel à instrução militar dos oficiais.

Todos os instructores e seus ajudantes foram dispensados de qualquer outro trabalho além do da instrução, mas em compensação foi-lhes imposta a responsabilidade dos resultados que obtivessem no final do curso.

Os compendios officiais necessários para a instrução proporcionou-os o Departamento da Guerra, fornecendo uma colecção completa a cada candidato e autorizando aqueles que no fim do curso obtivessem a nomeação de official a conservá-la em seu poder.

As publicações militares officiais puderam ser adquiridas pelos alunos nos próprios campos de instrução ao preço do custo, sendo também permitida a aquisição de jornais, revistas e obras recomendadas nas Ordens gerais do Ministério da Guerra. A venda de qualquer outra espécie de livros ou folhetos foi expressamente proibida, levando-se o rigor ao extremo de nem sequer consentir os respectivos anúncios.

(Continua).

P.S.

Administração Colonial

A Capitania-mór dos Ganguelas e Ambuelas

(Conclusão)

Análise da proposta para a criação da granja-escola

Para quem não conheça a nossa legislação colonial, esta proposta pode parecer um arrojado empreendimento, que necessite de grave ponderação ainda, por reclamar profundos e demorados estudos.

Não é nada disto.

O assunto está por demais estudado e tal proposta não é mais do que a aplicação à capitania do que está preceituado para as circunscrições civis, com as modificações, é claro, que se impõem pela diferença que existe entre a capitania e a circunscrição civil.

O Regulamento das Circunscrições Civas da Província de Angola, aprovado por portaria provincial de 1 de Agosto de 1911, no seu artigo 161 determinou que, anexas às circunscrições e postos, fossem criadas granjas, mais ou menos desenvolvidas e diferenciadas, segundo as circunstâncias locais ou regionais.

Sob este ponto de vista e para efeito da dotação classificou as granjas em quatro grupos, a saber :

Granjas-agricolas — as que se destinam exclusivamente à cultura de mantimentos;

Granjas-pecuarias — as que se destinam apenas à indústria pecuaria;

Granjas-experimentais — as que teem por fim ensaios culturais;

Granjas-mistas — as que teem mais de um destes objectivos.

E impôz aos administradores das circunscrições, em cuja

sede ou proximidades não exista qualquer posto ou estabelecimento dos serviços agrícolas e pecuarios, a obrigação de submeter ao govêrno geral, pelas vias competentes, no prazo maximo de 3 mês, a contar da publicação do regulamento, o projecto detalhado e justificado das granjas das suas circunscricões, indicando o tipo, local, área, e juntando a planta dos terrenos a elas destinados.

A direcção destas granjas foi incumbida aos administradores. A Inspecção da Agricultura ficou com o encargo de formular as convenientes instrucões técnicas para a exploração das granjas e de fornecer as sementes, plantas, ferramentas e máquinas agrícolas. Cada granja gosaria de uma dotação anual, fixada com a portaria que especialmente a aprovasse.

Como se vê, até nisto se seguiu a tendência que já salientei de nunca compreender as capitánias nas medidas de fomento adoptadas.

Não pode ser este abandono a que são votadas as capitánias, com que aliás se gastam avultadas verbas. A dos Ganguelas e Ambuelas tem consumido centenas e centenas de contos. para ali atirados sem um plano de fomento preconcebido, ao acaso; e rendia em 1910 a miséria de 1.300\$00 escudos, em consequência de semelhante orientação.

Tinhamos, pois, regulamentadas, para as circunscricões civis, as granjas, montadas e sustentadas à custa da colónia, sob a responsabilidade dos chefes das circunscricões.

E eu propuz a criação de uma granja, montada também à custa da Colónia, mas sustentada pela capitania. Não há ar-rojo nenhum nesta diferença, que aliás é capital, como vou já demonstrar.

Denominei a empresa — granja-escola, porque o seu tipo sai dos regulamentados.

Contei que o seu custeio tivésse de socorrer-se do fundo da circunscricão, a que destinei 20 % do imposto de cubata?

Sim, é verdade, mas para o fundo das circunscricões civis revertem também os mesmíssimos 20 % desse imposto; e a comissão administrativa que propuz fica igualmente com o encargo de administrar toda a circunscricão, condição que é essencial ao desenvolvimento da granja e de todo o progresso da região. Não há, pois, nisto inovação minha. Eu considerei que o desenvolvimento progressivo da circunscricão está de

tal modo ligado ao da granja, que tornei comuns as suas receitas, como cousa que são do mesmo dono, tendem para um mesmo fim, e são movidas por um mesmo órgão.

E para que a administração se não possa tornar suspeita, sujeitei-a a uma comissão em que entram dois cidadãos, além do chefe. Fui assim mais democrata que o próprio regulamento, que pôz a administração das granjas sob a acção exclusiva do administrador da circunscrição.

Agora, como se explica, que tendo succumbido tantas tentativas semelhantes, feitas com determinada dotação, à custa da Colónia, eu pretenda fazer subsistir a granja da capitania sem essa dotação?

E' facil de explicar: é que a capitania está sob um regimen especial, que lhe faculta meios de que não dispõe a circunscrição civil.

Ha aqui um aproveitamento de forças vitais que actualmente se desperdiçam.

E é exactamente porque existe esse regimen muito especial, que me lembrei salvaguardar a responsabilidade do capitão-mór, pondo a sua acção em cooperação com elementos que representam as forças vivas locais.

Assim nasceu no meu espirito a criação da «comissão administrativa» na capitania, único facto que na realidade se pode considerar uma inovação, que luta com os preceitos até agora seguidos. Dirão: se pode haver «comissão administrativa», então deixe de ser «capitania», passe a ser «circunscrição civil». Não, mil vezes não! Carece-se ainda das excepcionais attribuições que tem o capitão-mór; mas essa circunstância não invalida as vantagens resultantes da existência da comissão administrativa. Os poderes, por assim dizer absolutos de que dispõe o capitão-mór, ficam, — como direi? — temperados, legalizados pela acção reguladora de uma corporação que satisfaz as legítimas aspirações democraticas. Tolhe-se assim o abuso e evita-se melhor a suspeição, com o que a autoridade lucra sempre no seu prestigio.

O capitão-mór dispõe da guarnição militar da circunscrição, que é, afora um reduzido número de graduados europeus, composta de indígenas; e estes indígenas prestam optimos serviços em trabalho de natureza civil, para que concorrem em larga escala. O soldado indígena, além de soldado,

é lavrador, pastor, cavador, hortelão, serrador, prepara a cera, é carreiro, é estafeta, é carregador, surriba, desbasta florestas, é barqueiro, é... tudo o que quizerem dele, — a questão é aproveitar-lhe os ocios. De aqui uma enorme vantagem, que bem aproveitada faculta à capitania o poder sustentar a granja com um mínimo dispendio, que é possível cobrir com a receita.

Mas temos mais: essa guarnição militar constitue um grande consumidor dos produtos da granja. Todo o soldado indígena tem mulher, alguns até duas mulheres, e filhos. Assim a granja tem como certo um consumo local, de relativa importância, para os seus produtos. E' outra vantagem e também apreciavel. Os próprios colonos da localidade são consumidores da granja.

A granja da capitania tem, pois, garantido um largo consumo para a sua produção, o que lhe assegura uma receita positiva certa.

E aqui está explicado o que pode parecer, encarado superficialmente, um arrojo; o que terá talvez promovido algum encolher de ombros de quem se julgue douto no assunto, mas o desconhece no campo da prática, ou por ai transitou sem a preocupação de resolver o problema da granja numa capitania com uma determinada guarnição militar.

Com meia duzia de anos de regimen como indicamos, a capitania-mór dos Ganguelas e Ambuelas deve estar em condições de ser elevada a circunscrição civil, e não deixará de figurar no número das mais rendosas.

Ultimas considerações

A terminar este trabalho, umas considerações que me lembraram por fim.

Quando tratei da "ocupação" fiz referência às consequências desastrosas, que nos teem resultado para certas zonas fronteiriças do desequilibrio que se dá entre a intensidade da vigilância e das intervenções policiais e civilizadoras, áquem e além da linha de fronteiras. A dentro da Colónia produzem-se efeitos semelhantes, com deslocação de povos inteiros, quando nas circunscrições se dêem as mesmas causas, salientando-se

mais os resultados com as diferenciações na cobrança do imposto de cubata.

São grandes os prejuizos que derivam para o desenvolvimento económico da colónia da falta de fixação dos povos, mal que nos impõe a necessidade de procurar eliminar toda e qualquer causa que promova essa falta, mormente quando esses povos, por sua natureza, teem uma grande facilidade em se deslocar.

Para levar povoações a mudarem de terras, ou pelo menos a grande parte da sua população mais válida, basta muitas vezes um facto bem simples: a exigência excessiva de carregadores, por exemplo. Mas também, outras vezes, nenhum excesso é preciso: bastará que a uma acção regular de policiamento e administração se contraponha em outra região a falência de quaisquer actos civilizadores. Pode-se ter como certo, que dado esta diferença o exodo começa logo nos locais policiados e administrados em proveito das regiões em que os actos da autoridade se não sentem, sendo de grande estímulo a circunstância de não pagar imposto de cubata, ou mesmo de o pagar em menor proporção.

Ora, é facto que, por virtude de causas sobejamente conhecidas, o dominio com os correspondentes actos de administração tem-se exercido mornamente, deixando sem a menor acção policial longos tratos de território, e chegando-se a declinar responsabilidades com o que por ventura suceda ao comércio, que por esse território tente estabelecer-se. Não é novidade encontrarem-se no «Boletim» da província providências tendentes a evitar a dispersão do comércio, sob o pretexto da impossibilidade de lhe garantir segurança. Ainda no boletim N. 13 de 1912 se publicou uma portaria nesse sentido e muito possivel é que hajam sido publicadas outras mais recentes.

São escolhos estes que nos provéem da nossa carência de elementos ante tão extensas possessões, carência que nos deve fazer pensar se medidas de ordem diferente das adoptadas até hoje não serão para preferir com resolução e energia.

Capitais portuguezes que se apliquem ao aproveitamento das riquezas que por ali jazem latentes, não vejo eu, nem ninguém, que haja possibilidade de aparecerem, desconfiados como andam, por motivos muito justos, com tudo o que é administrado por portuguezes. A criação de companhias portuguezas em que todos os renditos são absorvidos, em grossas

fatias, pelo estado maior dessas companhias, é exemplo que fartou aos nossos capitalistas, que se não resignam a ter o seu rico capital sem o menor rendimento. Há só um meio e esse o julgo eu decisivo — é criarem-se companhias portuguesas mas com direcções estrangeiras. Ver-se-ia como tudo caminharía logo a passos gigantescos. Exemplo deste caso, a meter-se-nos pelos olhos a dentro, temo-lo aí na melhor cousa de que Lisboa desfruta — os *electricos*, a Companhia de Carris de Ferro.

Mas se há razão para que pelos territórios não ocupados de facto se dêem os casos que aponto, nenhuma razão encontro para que se produzam pelas regiões que estão em plena administração. Por estas regiões é forçoso que a pressão civilizadora ofereça a mesma densidade, para que o gentio não seja levado, num desejo de esquivança aos deveres para com a autoridade, a preferir uma região a outra. Logo que ele veja que o que lhe exigem em A é o mesmo que lhe exigem em B ou C, já não pensará em deslocar-se; só terá como recurso o deslocamento para os tais territórios não policiados; mas para aí não é a todos os povos que convem ou é possível o deslocamento. Povos já pacíficos não se sujeitam sempre a ir procurar estabelecimento entre povos cujos hábitos se sentem ainda dos costumes primitivos, com o seu sequito de latrocínios, guerras, etc.

De tudo o que expuz pode concluir-se que há a necessidade de uma acção geral e por assim dizer simultanea em toda a província, conforme um plano proficientemente preconcebido. Essa acção pode ser mais ou menos intensa, mas terá sempre que fazer-se com a densidade necessária a produzir os efeitos indispensaveis a um avanço geral, embora não absolutamente uniforme. Parar, seja onde fôr, é que não. Melhor seria que o avanço fosse grande, rápido e perfeito e por toda a parte de belo exito. Mas isso não é cousa que caiba nas forças humanas; por tudo querer perder-se-ia o que é possível conseguir-se e de onde um dia, emfim, se chegará ao ponto desejado.

Esse grande empréstimo que se fez ultimamente com destino à Província permitirá a acção geral, conexas, que se necessita?

O que se tem feito com esse empréstimo?

MELLO E ATHAYDE.

Obras oferecidas

1º Ex-tenente SATURIO PIRES. — **Um século de glória. II. Os caçadores no exército de D. Miguel** (1828-34). 2 vol. (0^m,18×0^m,12). Porto, 1918.

Não é preciso fazer a apresentação do autor, que os antigos leitores deste jornal conhecem bem, por haver ilustrado as suas páginas com trabalhos, que por eles foram, em tempo, devidamente apreciados. Apesar da vida agitada que tem tido, devido aos acontecimentos políticos em que se encontrou envolvido, o sr. Saturio Pires, que é soldado por disposição atávica e inclinação do próprio espírito, sente-se no seu meio, quando tem de ventilar assuntos militares, e por estes motivos todos os momentos, que lhe ficam livres das urgencias dos trabalhos a seu cargo, os dedica ao estudo das nossas glórias pátrias, e mais designadamente às ocorridas no século findo. Sobretudo, as que se prendem à arma em que proficientemente serviu, por modo a adquirir uma justificada reputação de competencia, merecem-lhe acentuada preferencia.

É assim que, em uma série de monografias, qual dela mais interessante, se dispoz a recordar aos seus concidadãos e camaradas a parte brilhante que tiveram na nossa historia militar do século findo as tropas de caçadores. Sem se preocupar com paixões políticas, êle estuda o soldado português independentemente das parcialidades que tenha servido, vendo só nele um representante da nossa nacionalidade, aproveitando assim todos os episódios e oportunidades para lhe exaltar os meritos.

Nos dois volumes que temos na nossa frente, são os caçadores do exército de D. Miguel, que lhe servem para o desempenho dessa alta missão patriótica de que se incumbiu, esclarecendo, quanto lhe foi possível, os vários lances das campanhas da liberdade, em que aquelas tropas tomaram parte.

A obra abre com um interessante prólogo, elaborado pelo actual General sr. Adriano Beça, no qual se exaltam, não só os méritos pessoais do autor, mas o modo como êle se desempenhou do programa, que a si mesmo se impoz, ao pôr em relevo as brilhantes tradições dos nossos caçadores.

Para maior interesse e clareza dos assuntos, a obra é acompanhada dos retratos dos generais, que maior renome adquiram nesse periodo das nossas lutas intestinas, e de variados mapas e *cróquis*.

Não permite o espaço reservado neste jornal à noticia dos livros, de cuja publicação se vai tomando conhecimento, longas explanações acerca dos seus méritos, motivo pelo qual temos de restringir o muito que poderíamos dizer e nos foi suscitado pela leitura de—*Os caçadores do*

Exército de D. Miguel.— Mas o que não devemos omitir é a expansão da nossa consideração pelos trabalhos devidos à pena do nosso antigo colaborador e camarada, pelo que desejamos que êles encontrem no público o bom acolhimento a que tem incontestavel jus.

- 2 **Portugueses ilustres.—Gomes Freire na Rússia.**—*Cartas inéditas de Gomes Freire de Andrade e outros documentos autógrafos acerca dêsse illustre português quando combateu no exército russo, precedidos de um estudo sôbre a politica externa de Catarina II*, por ANTONIO FERRÃO. 1 vol. de 382 pag. (0,^m25 × 0,^m16). Coimbra, 1918.

O livro, que anunciamos, constitue o tomo VII da 1.^a série dos *Trabalhos da Academia das Sciencias de Portugal*, não sendo em nada inferior aos anteriores, e tendo para a classe militar especial interesse, por isso que se refere a um general a quem ela sempre dedicou especial consideração, pelos provados méritos que revelou na sua carreira e pelo assinalado espírito liberal de que era dotado, o qual foi causa de ser barbaramente enforcado, em 18 de outubro de 1917, sendo as suas últimas palavras, com que fecha o volume, que anunciamos, as seguintes:

«... vocês soldados, que foram sempre a minha gente, continuem a servir a Pátria, como sempre a serviram portugueses!»

Este periodo da alocução dirigida por Gomes Freire aos soldados, que rodeavam o seu patíbulo, revelam o grande patriota, que teve sempre em mente honrar a Pátria onde quer que os lances da sorte o arremçaram. Isto se prova das suas cartas, escritas da Rússia, ainda até aqui inéditas, e que o sr. Antonio Ferrão cuidadosamente coligiu, dando-lhes agora publicidade, acompanhadas de notas, que muito concorrem para as esclarecer devidamente.

Bastava a parte do livro, em que a publicação das aludidas cartas é feita, para lhe dar assinalado relêvo. Mas êle contém ainda outros esclarecimentos importantes da biografia de Gomes Freire, que mais notabilizam ainda o trabalho empreendido.

De futuro, ninguem poderá escrever promenorizadamente àcerca daquele illustre militar sem consultar préviamente o trabalho a que fazemos referência.

Ainda neste é digno de menção o largo estudo feito àcerca do reinado da Imperatriz da Rússia, Catarina II, por tantos títulos digno de atenção, especialmente no presente momento, em que o Império se esfacela inteiramente, sem que os sucessivos monarcas, que ocuparam o trono, houvessem podido realizar o sonho de Pedro o Grande.

Pesa-nos que a índole especial desta secção nos não permita fazer mais ampla referencia à história de um país, sôbre a qual já foram feitas largas divagações nos n.^{os} 1 e 6, de Janeiro e Junho do corrente ano desta mesma *Revista*. A história da Rússia, efectivamente, é campo vasto para o estudioso encontrar nêle os mais variados e interessantes assuntos, sempre de viva oportunidade por virtude do conhecido principio: a história repete-se. Assim o fez agora o sr. Antonio Ferrão, por modo a consolidar a reputação, que tem sabido adquirir de espírito culto e de trabalhador infatigavel.

Estes dotes lhe reconhecerá quem quizer passar momentos aprasiáveis na leitura da obra, a que agora foi dada publicidade.

- 3 **Portugueses ilustres—A vida e obra governativa do 1.º Marquês de Pombal.**—*Plano e sumários do 1.º e 2.º volumes da publicação mandada efectuar pelo govêrno da Republica. (Decreto n.º 2049, de 30 de outubro de 1915),* por Antonio Ferrão. 1 opusc. (0^m,25 × 0^m,16) de 78 pag. Coimbra, 1918.

O opúsculo, que temos na nossa frente, abre com a narrativa dos factos, que motivaram a resolução tomada pelo ex-ministro da instrução pública sr. Dr. Lopes Martins, de encarregar o sr. Antonio Ferrão de escrever a história da vida e obra governativa do 1.º Marquês de Pombal.

Pouco depois de lhe haver sido conferida tão honrosa missão, o nomeado apresentou o Plano e sumários dos 1.º e 2.º volumes daquela publicação, precedidos de uma dissertação justificativa do seu modo de encarar a questão. E não obstante essa comissão de serviço ser gratuita, um ano depois da sua nomeação o autor tinha concluído o primeiro volume do trabalho de que fôra incumbido, o qual por falta de verba inscrita no respectivo orçamento, ainda não foi entregue à luz da publicidade. Fazemos votos para que este obice breve desapareça, afim de termos ocasião de apreciar esse novo trabalho do fecundo escritor, cujo mérito difficilmente pôde ser avaliado pela simples exposição do plano a que foi subordinado.

- 4 **O Ensino depois da guerra—As causas «Ideais» da conflagração e a função pedagógica das academias scientificas após a guerra.** (*Discurso, seguido de muitas notas justificativas*) por Antonio Ferrão. 1 opusc. (0^m,25 × 0^m,16) de 88 pag. Coimbra, 1918.

O tema tem a maior oportunidade porque a guerra está finda, por mais que ainda se sinta o ribombar do canhão á hora em que estas linhas são escritas. Mas já não é a victória que busca alcançar o vencido, mas sim a morte com honra. Conseqüentemente a leitura do discurso presente, pronunciado em sessão da Academia das Sciências de Portugal, recomenda-se tanto mais, quanto que aparece agora enriquecido com numerosas e importantes notas, que lhe aumentam o relêvo.

É possível que algumas das ideias emitidas pelo autor não mereçam geral aceitação, mas bastaria que elas provocassem a controversia para serem de manifesta utilidade. Neste nosso país a indiferença que se vota aos trabalhos de espirito, quando se não refiram á politica partidária, é esterilizante e, por isso, o próprio interessado folgaria, queremos crêr, se visse as suas asserções apreciadas no campo da crítica urbana e doutrinária.

As notas, que acompanham o discurso, são testemunho irrecusável do consideravel labôr, que este custou ao sr. Antonio Ferrão, e da larga cultura com que êle busca enriquecer o seu espirito, o que são circunstancias próprias para autorizarem a controversia desejada.

M. S.

CRÓNICA MILITAR

Estados Unidos

Vencimentos dos oficiais. — Recentemente foram alterados os vencimentos mensais dos oficiais americanos, que passaram a ser os seguintes:

General.....	833\$30
Tenente general.....	750\$00
Major general.....	666\$67
Brigadeiro general.....	500\$00
Coronel.....	333\$33
Tenente coronel.....	291\$67
Major.....	250\$00
Capitão.....	200\$00
1.º tenente.....	166\$67
2.º tenente.....	141\$67

Os oficiais até coronel, têm um aumento de 10%, no soldo por cada cinco anos de antiguidade no posto, não podendo este aumento exceder 40%, de forma que o vencimento máximo do coronel será por ano 5.000\$00; o do tenente coronel, 4.500\$00; e o do major, 4.000\$00.

Todos os oficiais têm um aumento de 10%, quando estejam fóra do continente.

Os oficiais que não têm habitação do Estado, recebem um *subsídio anual para renda de casa*, que é de:

1.584\$00	para o general;
1.440\$00	» » tenente-general;
1.296\$00	» » major-general;
1.152\$00	» » brigadeiro-general;
1.008\$00	» » coronel;
864\$00	» » tenente-coronel;
720\$00	» » major;
576\$00	» » capitão;
432\$00	» » 1.º tenente;
288\$00	» » 2.º tenente;

Os oficiais têm um subsídio anual para *iluminação e aquecimento* das habitações, conforme o número de compartimentos, mas dentro de certos limites, que variam conforme o posto do oficial e o local de guarnição.

Para 10 compartimentos.....	9\$24 a 31\$21
» 9.....	8\$88 » 28\$92
» 8.....	8\$70 » 26\$72
» 7.....	7\$95 » 24\$49

Para	6 compartimentos	7\$48 » 21\$78
»	5	»	6\$62 » 19\$08
	4	»	6\$44 » 16\$68
	3	»	6\$26 » 14\$00
»	2	»	4\$90 » 10\$30

Os oficiais enviados a França, têm um aumento diário de 6\$00. Os alunes aviadores têm 20% de aumento no soldo; os aviadores 50%; os pilotos de 1.^a classe 75%.

Os oficiais quando viájam em caminho de ferro, tem um abono de 7 centavos por milha.

(*Memorial de Ingenieros*—setembro—1918).

Despezas da guerra.—Os Estados Unidos, em março de 1917, primeiro mês da sua entrada na guerra, dispenderam 100 milhões de escudos, atingindo em dezembro dêsse ano 1.105 milhões. Depois as despezas mensais foram crescendo, e de 1 de março de 1917, até ao fim de junho de 1918, as despezas tinham atingido 14.013 milhões de escudos.

Para fazer face a tais despezas foram aumentados os impostos e recorreu-se aos empréstimos, ehamados da Liberdade.

O primeiro empréstimo era de 2.000 milhões de escudos, e foram subscritos 3.035 milhões. O segundo empréstimo era de 3.000 milhões, e foram subscritos 4.617. O terceiro empréstimo era de 4.000 milhões e foram subscritos 4.170 milhões.

Até 20 de março de 1917, em que foi declarada a guerra à Alemanha, os Estados Unidos tinham emprestado aos aliados 2.225.124.878 escudos.

(*La Guerra Europea*—agosto—1918).

Espanha

O contingente de 1918.—O confingente de 1918 foi fixado em 75.000 homens, sendo 69.101 dos inspeccionados pela primeira vez êste ano, 5.468, provenientes da revisão e 431 por terem terminado o tempo de adiamento da incorporação.

Tinham sido apurados pelas juntas de inspecção sanitária 117.513 mancebos, de forma que ficam 42.513 para receber a instrução militar reduzida.

Na 1.^a região tinham sido apurados 17.940 e fornece p.^a o contingente 11.392

» 2. ^a	»	»	»	»	17.680	»	»	»	»	10.977
» 3. ^a	»	»	»	»	17.545	»	»	»	»	11.193
» 4. ^a	»	»	»	»	13.137	»	»	»	»	8.396
» 5. ^a	»	»	»	»	10.224	»	»	»	»	6.457
» 6. ^a	»	»	»	»	13.075	»	»	»	»	8.102
» 7. ^a	»	»	»	»	8.395	»	»	»	»	5.434
» 8. ^a	»	»	»	»	15.709	»	»	»	»	9.930
Baleares	»	»	»	»	2.129	»	»	»	»	1.777
Canarias	»	»	»	»	1.579	»	»	»	»	1.340
Total.....					117.513					75.000

Nos 3 distritos de Madrid foram apurados 2.731 mancebos e nos 3 distritos de Barcelona » » 3.422 »

França

A evolução do serviço de saúde militar em França.—O serviço de saúde militar, tem evoluído muito desde 1914, em vista das necessidades não previstas da actual guerra.

Foi-lhe dada completa autonomia e os serviços especializaram-se. A secção de cirurgia foi dividida em 4 grupos: cirurgia geral, especialidades cirúrgicas, ortopedia e aparelhos, protésis maxilo facial. Uma secção especial se ocupa da reeducação dos mutilados. Cada grupo estuda e resolve a questão que lhe compete.

A secção de medicina forma também sub-secções: profilaxia sanitária e higiene geral; vacinas e soros; neurologia e psiquiatria; intoxicações pelos gases; tuberculose; paludismo; avariosis. Há um organismo especial encarregado dos estudos profissionais dos estudantes mobilizados.

Para isso se tem criado centros de instrução que funcionam nos períodos de menor actividade das operações militares.

Desta forma os estudantes de medicina têm podido continuar os seus cursos e aumentar os seus conhecimentos médicos com uma prática superior à que teriam nas Faculdades. Inauguraram-se conferências semanais para assim haver um intercâmbio de idéas entre os diversos chefes de serviço, de modo que sejam resolvidos em comum os principais problemas, assim como os assuntos de ordem geral que interessem a várias secções ou sub-secções.

Professores iminentes têm visitado e permanecido temporadas nas frentes para adquirirem a experiência necessária.

(*La Guerra Europea*—agosto—1918).

Emprego dos projectores para iluminação.—A cada divisão se tem dotado com 2 projectores de 0^m,90 e 4 de 0^m,60, formando 2 grupos de 3. Em cada grupo se coloca no meio o projector de 0,90, e nos extremos os de 0^m,60, com intervalos de 1.000^m, de forma a se poder assim explorar uma zona de terreno de 4 km. em cada divisão, ficando ainda 2 projectores de reserva.

A equipagem completa faz parte do trem divisionário de engenharia. Num sector *defensivo* estabelece-se a ligação telefónica entre o comandante do grupo e o chefe do sector, assim como entre o mesmo comandante e os observadores, que também se ligam aos aparelhos.

O projector de 0^m,90 é empregado para a exploração; e os de 0^m,60 para iluminar o alvo e observar os efeitos do tiro.

O seu trabalho é intermitente, não devendo a iluminação durar períodos superiores a 20 minutos para evitar que o inimigo regule o seu tiro. O observador colóca-se, pelo menos, a 50^m do aparelho, em um dos flancos.

Tem-se também empregado projectores de trincheira de incandescência, montados num suporte, sendo-lhes fornecida a energia por baterias de pilhas, que podem fornecer uma luz continua durante 5 horas; mas se o seu uzo fôr intermitente, como tem logar nas trincheiras, chega para duas noites.

A cada divisão são distribuídos 24 destes projectores, cada um dos quais pode iluminar uma zona de 200 metros.

Para que o inimigo não regule o tiro, os projectores devem ter uma certa mobilidade dentro do sector.

(*Memorial de Ingenieros*—setembro—1918).

A correspondência postal aerea.— Em França, foram votados os créditos (30 de junho-918) para o estabelecimento de carreiras aereas para a correspondência postal entre Paris e St.-Nazaire; entre Nice e Marselha; entre Nice e a Corsega; e entre Paris e Roma. Pouco depois de votados os créditos necessários, foi inaugurada a carreira da linha Paris-Saint-Nazaire, em cujo percurso se gastam 3 horas e 15 minutos, compreendendo uma escala por Mans.

A Italia já inaugurara em junho de 1817, o serviço postal aereo por Cevisa-Vecchia-Terra Nova e costa da Sardenha (200 km.).

Inglaterra

Secção de balões cativos.— Compõe-se a secção de 4 officiaes e 90 praças.

O balão, tipo Caquot, desloca 950m³, podendo elevar 2 observadores a 1.220m de altura. Cada secção está dotada de um torno móvel, montado sobre um camião e com motor independente do dèste.

Em geral, os balões são lançados no ar a 3.656m (4.000 jardas) das linhas de combate. Os balões servem de observatório para regular o tiro das peças de 11cm, 9 e 15cm, 2 e dos obuzes de 15cm, 2, 20cm, 3, 23cm, 4, 30cm, 5 e 38cm, 1. Os ingleses poucas vezes empregam os balões cativos na artilharia de campanha.

A secção aeronautica está ligada telefonicamente com todas as baterias que tem a servir, de modo que o observador na sua barquinha pode falar directamente com o comandante da bateria, não estando reduzido a empregar um número limitado de convenções, como succede ao observador dum avião, quando tem de empregar a T. S. F.

O balão é ligado telefonicamente com uma estação central instalada no terreno onde aquêle se eleva, e esta por seu turno liga-se a outra estação central avançada, colocada numa posição conveniente em relação às baterias com as quais se liga.

Emquanto o balão se conserva na atmosfera, está ligado pelo cabo telefónico com o torno, o qual por seu turno se liga a primeira central. Uma derivação nesta linha estabelece a ligação com a repartição da secção, onde se examinam nas plantas e nas cartas, as indicações dadas pelo observador.

O observador do balão deve indicar:

Posição do balão; sua altitude; força e direcção do vento; momento em que está pronto a observar o alvo.

O comandante da bateria indica então:

Duração da trajectoria do projectil; natureza do projectil; momento em que a bateria está em condições de executar o fogo.

(*Memorial de Artilheria*).

DIVERSOS

A produção mundial de trigo e o seu consumo.— Em tempos normais, a França era, depois da Rússia, a nação da Europa que produzia mais trigo. Em todo o mundo, só lhe levavam vantágem os Estados-Unidos e a India.

A produção média anual era antes da guerra, de 86,5 milhões de quintais em França; de 50 milhões na Itália; de 41 milhões na Alemanha; de 16,5 na Austria; de 16 na Inglaterra e de 4 na Belgica.

O consumo médio por habitante, era de 229,5 quilogramas por habitante

na Belgica; de 224 na França; de 168 na Itália; de 164 na Inglaterra, de 92 na Austria e de 87 na Alemanha.

A França estava em excelentes condições, visto que recebia ainda trigo da Argélia e da Tunísia, o que lhes permitia ainda exportar algum.

A guerra, porém, principalmente pela falta de braços, veio causar uma diminuição considerável na produção do trigo.

Em 1914, a França produziu 80 milhões de quintais; em 1915, 60,5; em 1915, 58,5; e em 1917, baixou a 39,5.

Apezar da restrição no consumo de pão e de se terem estabelecido prêmios de cultura, o *deficit* é considerável, tendo de recorrer aos Estados- Unidos, ao Canadá e à Argentina.

O primeiro destes estados tem uma enorme produção, especialmente nas Dakotas (California) e no *Farwest* (ao sul do Manitoba canadiano). Os trigos da primavera são semeados em março e a colheita tem lugar em julho. Só o trigo das herdades da *Red River* representa anualmente um valor de 150 milhões de francos.

Algumas destas herdades têm uma superfície de 4.000 hectares, produzindo 70.000 hectolitros de trigo por ano.

Só nos grandes tratos de terreno é que a cultura se pode fazer por baixo preço pelo largo emprego de máquinas agrícolas (tratores para lavrar, ceifeiras, debulhadoras a vapor, etc).

Em geral, cada hectolitro de trigo recolhido (incluindo os impostos), custa 4,5 francos.

Na Argentina, os terrenos semeados de trigo, tinham em 1910, uma superfície de 5.900.000 hectares, produzindo 3.560.000 toneladas daquêlê cereal. A exportação anual em trigo e farinha, regula por 2.980.000 toneladas, enquanto que os Estados- Unidos exportam 2.952.000 toneladas. O trigo argentino era vendido, antes da guerra, de 15 a 20 francos por cada 100 quilogramas.

A produção é grande e barata por isso que a terra não precisa adubos.

O Canadá é hoje também um grande centro produtor de trigo.

Já produz mais de 100 milhões de hectolitros de cereais, e ainda existem mais de 100 milhões de hectares de terras virgens por cultivar.

Em breve será um dos principais mercados de trigo. Tem actualmente fornecido aos aliados 3 milhões de toneladas por ano.

Em 1916, produziu 60 milhões de hectolitros de trigo e 75 milhões de hectolitros de aveia. Os transportes em caminho de ferro (1.500 a 2.000 quilometros) até aos portos de embarque tem constituído o maior embaraço para a exportação para a Europa.

Esta curta resenha, mostra a importância capital que tem tido na actual guerra o trigo da América, pois de outra forma as populações das nações aliadas teriam morrido à fome, e a guerra teria mesmo já terminado.

Ainda será para ponderar o facto do imenso desenvolvimento da cultura do trigo nêstes anos de guerra, que continuará nos anos subsequêntes, e, como os transportes hão de baratear apoz a guerra, o preço do trigo baixará muito nos mercados da Europa.

Os países de produção escassa e cara não poderão lutar com a concorrência americana.

CRÓNICA MARÍTIMA

Portugal

O caça-minas «*Augusto de Castilho*». — Estava destinada a ter um glorioso fim, esta pequena unidade ocidental da nossa marinha de guerra (era o *Elite*, vapôr de pesca da nossa praça). Ainda não há muito, sob o comando do distinto 1.º tenente, Fernando d'Oliveira Pinto, tinha sustentado combate, próximo ao Cabo Razo, com um submersível alemão, tendo forçado êste a mergulhar. Agora, na madrugada de 14 de outubro, comboiando dêse o Funchal, o vapôr português *S. Miguel*, da Empreza Insulana de Navegação, agora ao serviço dos nossos Transportes Marítimos, que daquêle porto se dirigia a Ponta Delgada, sustentou heroico combate com um submersível alemão de grandes dimensões e poderosamente armado, interpondo-se entre êste e o *S. Miguel*, dando tempo a que o paquete com 203 passageiros entre homens, mulheres e crianças, se puzesse a salvo de tão terrível inimigo.

Era o *Augusto de Castilho*, apenas armado com uma peça Hotchkiss de 65^{mm} a vante e outra do mesmo sistema de 47^{mm} a ré; foi com esta fraca artilharia, que os nossos bravos marinheiros fizéram frente a um adversário armado com artilharia de 150^{mm}.

Só quando a bordo do *Augusto de Castilho* se exgotáram, por completo, as munições, só quando uma das suas peças (crêmos que a de ré) foi desmontada por uma granada inimiga, que vitimou, no seu posto, o valente aspirante de marinha, Carlos Eloi da Mota e Freitas, que dirigia o seu fogo e matou a gente que a guarnecia, só quando a água entrava em grande abundância por um enorme rombo do costado a estibordo, só quando, finalmente, as avarias eram tantas que tornávam insustentável a sua situação, é que o seu destemido e heroico comandante, o 1.º tenente de marinha, José Botelho de Carvalho Araujo, ordenou a rendição do navio, para salvar a vida dos seus subordinados sobreviventes; ainda, depois dêste acto, caíram no navio português duas granadas, a segunda das quais matou o seu bravo e desditoso comandante no seu posto d'honra. Durou o combate ainda perto de hora e meia, depois que o *S. Miguel* perdeu de vista o *Augusto de Castilho*; eram então sete e meia horas da manhã, tendo sido avistado o submersível às seis horas e dez minutos.

Durante a luta em que a valente guarnição despejou sôbre o submersível, as 300 granadas que tinha e que bastantes avarias causáram ao inimigo, recebeu o *Augusto de Castilho*, um número relativamente pequeno de granadas, para a enorme quantidade de tiros com que foi alvejado pelo submersível, o que não abona muito a perícia dos seus artilheiros.

Nas únicas embarcações que ficaram em estado de navegar, uma baleeira e um escaler, embarcaram os oficiais e praças sobreviventes do heroico combate.

Na primeira, embarcaram o aspirante de marinha, Samuel da Conceição Vieira e mais 29 praças, que ao cabo de 56 angustiosas horas, aportaram à ilha de Santa Maria.

No escaler, que os alemães arriaram quando já de posse do navio, embarcaram, o guarda-marinha imediato, Manuel Armando Ferraz, que se achava ferido numa perna, e mais 12 praças, tendo, antes de partir, ouvido palavras d'elogio pela sua bravura e sublime dedicação, da gente dô submersível, que os deixou seguir, dando-lhes alguma água e bolacha, não consentindo, porém, que o guarda-marinha Ferraz, levásse o sextante, apesar de alegar ser propriedade sua. Sem, pois, terem nada com que se pudessem guiar, afastaram-se do navio onde tão valentemente combateram e em breves momentos foi o *Augusto de Castilho* metido no fundo, por meio de bombas.

Só ao cabo de seis longos dias terríveis, cheios de sofrimentos e privações de toda a espécie, conseguiram os pobres naufragos alcançar a ponta do Arenal, a Nordéste da Ilha de S. Miguel. Guiava-se o guarda-marinha, Armando Ferraz, de noite, pela estrêla Polar e durante o dia pelos azimuths grosseiramente tomados do Sol e da Lua, pois não tinha instrumentos, quando ao 5.º dia de viagem, a guarnição do frágil escaler, convencida de que se ía seguindo rumo errado, exigiu que êste fôsse mudado. Então o destemido guarda-marinha, fez-lhe vêr enérgicamente, ser êsse o rumo em que poderiam encontrar a salvação e que, se quizessem, o lançassem ao mar, que êle, enquanto a morte lhe não extinguisse a voz, lhes repetiria que seguissem êsse caminho, porque éra o que convinha seguir. Na manhã seguinte, um auxiliar da defeza naval, marítimo de profissão, dáva, à prôa do escaler, sinal de terra, reconhecendo então os náufragos, quanta razão assistia ao oficial dirigente, e o quanto deviam à sua corajosa persistência e admirável energia.

Perderam a vida nêste glorioso combate, em que, incontestavelmente, mais uma vez se demonstra que a raça portuguesa não perdeu as suas grandes qualidades de bravura, abnegação e heroísmo, o valorôso comandante, 1.º tenente, José Botelho de Carvalho Araujo, apenas com 37 anos d'idade, e perto de 20 de serviço, em que afirmou o seu muito mérito, e as suas apreciáveis qualidades de energia, como oficial disciplinadôr e zelôso no cumprimento dos seus deveres, e o aspirante de marinha, Carlos Eloi da Mota e Freitas, um brioso militar, que tantos sacrificios fez para alcançar a sua carreira predilêta, que com tanta dedicação abraçou, e em que teve glorioso fim.

Morreram também na heroica luta, o telegrafista n.º 6:431, Elizio Martins da Nova; o 2.º fogueiro n.º 443-A, Manuel Joaquim d'Oliveira; o chegadôr n.º 499-A, Manuel Tomé e o 2.º marinheiro n.º 305-A, Manuel Cruz Branco.

A êsses bravos portugueses que sucumbiram no cumprimento do seu dever e a cujo sacrificio e abnegação se deve a salvação do paquete *S. Miguel*, aqui lhes consignâmos o testemunho da nossa admiração e de profundo respeito pela sua gloriosa memória, que ficará a atestar aos vindouros, quanto é forte e valorosa, a destemida gente portuguesa que, nas agruras do mar, nos inhospitos sertões d'África, e em terras de França, tão alto levantou, mais uma vez, o sublime Nome de Portugal, e conseguiu manter nesta horrôsa

guerra, a maior e mais terrível de todos os tempos, as brilhantes tradições do Exército e da Marinha da nação portuguesa que, em todos os tempos e hoje, com justos motivos, se orgulha de possuir tão bravos, disciplinados e sofredores soldados e marinheiros.

Estados Unidos

Novos caça-torpedeiros.—No dia 4 de julho último (o dia de Festa Nacional dos Norte-americanos), fôram lançadas ao mar 14 destas unidades. Nos estaleiros de Bethlehem Union Plant, de S. Francisco, oito com os nomes seguintes: *Mc. Kean, Harding, Gridley, Williams, Crane, Hart, Ingraham e Burns*. Na casa Newport News Shipbuildings and Drydocks C^o, de Newport News, três com os nomes de: *Thomas, Haraden e Abbet*. Nos estaleiros de Cramp & Son, de Philadelphia, fôram lançados à água o *Upshur* e o *Elliot*. Nos estaleiros de Bethlehem, de Fore River, foi lançado o *Mayry*.

Um dos novos caça torpedeiros, o *Wiches*, foi lançado ao mar em 25 de junho último, e teve por madrinha uma descendente do Captain Lambert Wickes, um heroi da revolução, nome com que foi batizado. Um outro, lançado ultimamente à água em Philadelphia foi batizado com o nome de *Yarnall*, na presença dos descendentes do tenente de marinha, John Joliffe Yarnall, que muito notável se tornou na guerra de 1812, tomando parte na batalha do Lago Eriê e em diversas expedições contra tribus bárbaras.

Caça torpedeiros «Cassini».—Este barco que, a 16 de outubro de 1917, fo torpeado em águas europeias, foi reparado num estaleiro britânico, voltando à estação dos caça-torpedeiros norte-americanos. O seu comandante, tenente Walter Vernon, quando o seu navio sofreu o ataque de um submersível, continuou em sua perseguição, apesar de grandemente danificado pela explosão do torpedo. Entretanto, meteu-se a noite e não pode continuar no seu arrojado cometimento pelo que, comboiado por navios patrulhas, se viu obrigado a entrar no porto mais próximo, onde acaba de ser reparado.

(Da *Rivista Marítima Italiana*).

Inglaterra

Salvamento de navios.—Tem tomado incremento muito considerável na Grã-Bretanha, a indústria de salvação de navios. Além da Admiralty Salvage Section, organizada em 1914, fundou-se ao mesmo tempo a Liverpool Salvage Association e ainda outras sociedades particulares de salvação, todas sob a fiscalização do Almirantado Britânico.

Os primeiros esforços desta secção do Almirantado, fôram dirigidos para a salvação dos navios de guerra, mas tendo aumentado em proporções inquietadoras a perda dos navios mercantes, começou a ocupar-se dos navios de vapôr. Foi esta secção que recuperou o submersível, de colocar minas *U 5*, que depois foi exposto no Tamisa.

O número de navios mercantes recuperados nas águas territoriais britânicas, de 1915 a 1917, é de 260, sendo a maior parte destas unidades, de tonelagem superior a 1:200.

Em janeiro do corrente ano, salváram-se 14 navios; em fevereiro, 41; em março, 37; em abril, 36; em maio, 19, ou seja, um total de 147. Os progres-

sos alcançados êste ano, são devidos ao desenvolvimento tomado por esta secção, à maior habilidade dos operários, ao emprego de um material mais moderno e mais potente, e à adopção de novos métodos de salvamento. Julgava-se, ao princípio impossível a salvação de navios de mais de 1:500 toneladas; hoje já conseguiram salvar um navio carvoeiro do Estado, com 3:500 toneladas, afundado numa profundidade de 22 metros.

O salvamento que dá mais honra à secção acima referida, é o de um vapor de carga, do mais moderno tipo, com um grande carregamento de viveres, do valor de mais de três milhões esterlinos; depois de torpeado, foi socorrido por rebocadôres e, embora tivesse sofrido um rombo de próximamente 12 metros de comprimento por 7,5 de largura à prôa, entre os porões n.ºs 1 e 2, foi levado a encalhar sôbre a costa, e daí conduzido ao porto para reparações.

A secção de salvação, tem executado simultâneamente 12 salvamentos; a profundidade máxima a que tem recuperado navios é de 27 metros, não se podendo fazer trabalho útil além de 45 metros. Um dos mais uteis aparelhos empregados nêstes difíceis trabalhos é a bomba submersível; com motôr eléctrico.

(Da *Rivista Marítima Italiana*).

Navios mercantes construídos em 1918, até setembro.— Segundo uma nota da secretaría do Almirantado, foi a seguinte: a tonelagem de navios construídos nos estaleiros do Reino Unido, comparada com a construída em 1917:

	1917	1918
Jaaeiro	48:089.....	58:568
Fevereiro.....	79:451.....	100:038
Março	118:699.....	161:674
Abril	69:711.....	111:533
Maio	69:773.....	197:274
Junho.....	109:847.....	134:159
Julho	83:073.....	141:948
Agosto.....	102:060.....	124:675
Setembro.....	63:150.....	144:772
Total em 9 meses.....	743:853.....	1.174:641
Total em 12 meses até setembro	957:185.....	1.594:262

A tonelagem bruta das perdas britânicas devidas à acção do inimigo e riscos marítimos, durante o mês de agosto último, foi de 176:401.

(Do *Army and Navy*).

Italia

Coureaças de cimento para navios de guerra.— A adopção de coureaças desta espécie foi estudada, segundo informa a *Vida Marítima*, de 30 de outubro último, há bastantes anos em Italia. Recentemente, o distinto engenheiro naval italiano, Lorenzo d'Adda, numa conferência em Genova, propôz um sistema de protecção cujas linhas gerais são as seguintes: A protecção consiste em

três camadas de cimento, envolvidas em delgadas chapas d'aço, para proteger o cimento da formação de fendas. A camada exterior, a mais rica em cimento, é endurecida por processos químicos. A sua protecção serve igualmente para costados, torres e casamatas. No caso de ser adotado o cimento armado, o reforço consiste em uma rede de hastes horizontais e verticais, reforçadas, por sua vez, nos sitios de maior esforço por chapas d'aço de pequena espessura. Propõe o citado engenheiro, que a cinta de costado tenha uma largura de 3 metros, correspondendo 1,5 metros à região submersa. O convés pode ser protegido dos ataques aéreos por forma semelhante. Como alternativa à couraça proposta, indica uma outra, que resulta da combinação de uma chapa d'aço de espessura entre 10 e 15 centímetros com outra de cimento de espessura entre 30 e 45 centímetros.

(Da *Vida Marítima*).

Noruega

Navios perdidos.—Segundo uma estatística publicada pelo *Bureau Veritas* norueguês, a diminuição de tonelagem durante o primeiro semestre de 1918, foi de 96:000, distribuída por 68 navios. Este número não excede um sétimo das perdas sofridas pela marinha mercante norueguesa, durante o periodo correspondente de 1917, diminuição que foi de 622:000 toneladas. As perdas em 1918, elévam-se a 107 navios com 151:000 toneladas, dos quais 75 navios com 120:000 toneladas, foram perdidos com a guerra que findou.

(Da *Rivista Maritima*).

Russia

A esquadra do Mar Negro.—Segundo informações de origem alemã, toda a esquadra do Mar Negro, estava nas mãos dos Impérios centrais. Estava-se procedendo ao salvamento do couraçado russo *Imperatriz Maria*, afundado em 1916, no porto de Sebastopol em seguida a uma explosão. Um outro couraçado, o *Svobodnaya* (antigamente *Imperatriz Catherina II*), foi recentemente afundado, ao largo de Smerich, por um caça-torpedeiro, cuja guarnição se tinha revoltado. Um terceiro couraçado da mesma classe, o *Demokratia*, não acabou a sua construção e ainda se acha na carreira em Nicolaieff.

O único couraçado que caiu em poder do inimigo, foi o *Velia* (ex-*Imperador Alexandre III*). Os alemães tomáram um grande número de caça-torpedeiros e submersíveis e a importante doka flutuante de Nicolaieff. A falta de uma grande doka flutuante atrazou bastante as reparações do cruzador de batalha *Goeben*, nas águas turcas.

(Da *Rivista Maritima*).

BIBLIOGRAFIA

I—LIVROS

França

- 1 MARCEL ETEVÉ, (lieutenant). — *Lettres d'un combattant*; libr. Rue de Lille, 7, Paris. Un volume in-12 Fr. 3,50
- 2 GUSTAVE HERVÉ. *La grande guerre ; Au jour le jour*. libr. Rue de Lille, 7, Paris. Un volume in-extenso Fr. 6
- 3 ALLIER (Raoul). *Les Allemands á Saint-Dié*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-16, 3 Fr. 3,50
- 4 BARTHOU (Louis). *Sur les routes du droit*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-8 Fr. 3,50
- 5 BARBY (Henry). *Avec l'Armée serbe*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-16 Fr. 3,50
- 6 BORDEAUX (Henry). *Vie héroïque de Guynemer*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-16 Fr. 3,50
- 7 BOUGLÉ (C.). *Les Sources de la Guerre*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-8 Fr. 1
- 8 BRYCE (Vicente). *Réflexions d'un historien sur la guerre dans le passé et dans l'avenir*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-18 Fr. 1
- 9 FRÉLICH. *Le délire pangermanique*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-12 Fr. 3,50
- 10 JOLLIVET (Gaston). *Cinq mois de guerre*, libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-16 Fr. 3,50
- 11 JUBERT (Raym.). *Verdun (Mars-Avril-Mai 1916)*, libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-16 Fr. 3,50
- 12 LAFOUT (Lieut.). *Au ciel de Verdun*; lib. Rue de Lille, 7, Paris, in-12 Fr. 3,50
- 13 LE GOFFIC (lh). *La guerre qui passe*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-16 Fr. 3,50
- 14 SERBESCO (Séb). *La Roumanie et la Guerre*; lib. Rue de Lille, 7, Paris, in-18 Fr. 3,50
- 15 VICENT (Daniel). *La bataille de l'air*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-12 Fr. 0,90
- 16 FERRI-PISANI. *L'Intérêt et l'idéal des États-Unis dans la guerre mondiale*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-16 Fr. 3,50
- 17 MOLINA. *Les Explosifs et leur fabrication*. (Trad. par Montpellier); libr. Rue de Lille, 7, Paris, in 8 Fr. 7,50
- 18 RÉMY (Cap.) et Percheron (Maurice). *Météorologie-pratique à l'usage des aviateurs*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in-16 Fr. 4
- 19 VERDURAND. *Théorie simplifiée de la télégraphie sans fils*; libr. Rue de Lille, 7, Paris, in 8 Fr. 6

Inglaterra

- 1 BINYON (Laurence) *For Dauntless France*. An Account of Britain's Aid to the French Wounded and Victims of the War. Compiled for the British Red Cross Societies and the British Committee of the French Red Cross. With a preface by His Excellency Paul Cambon. Illustrated by Edmund Dulac and Others. 8vo, pp. 387. Hodder & S. net 10/6

- 2 CATCHPOOL (T. Corder) *On Two Fronts*. Edited by his Sister. With a Foreword by J. Rendell Harris. 12mo, pp. 176. *Headley Bros.* swd., net 2/
- 3 CATELLANI (Enrico) *Italy and Austria at War*. English version. By Helen Zimmern and Agnes McCaskill. Cr. 8vo, pp. 157. *G. Barbera* (Florence) 6/6
- 4 COPPLESTONE (Bennett) *The Secret of the Navy*. What it is and what we owe to it. Cr. 8vo, pp. 335. *G. Murray* net 7/6
- 5 CROWE (Brig. General J. H. V.) *General Smuts' Campaign in East Africa*. With introduction by Lieut.-General The Right Hon. J. C. Smuts. 8vo, pp. xvii. and 280. *G. Murray* net 10/6
- 6 DOLBEY (Capt. R. V.) *Sketches of the East African Campaign*. Cr. 8vo, pp. xxiv. and 219. *G. Murray* net 6/
- 7 DORLING (Commander T.) *Ribbons and Medals*. Naval, Military, and Civil. New edition. Cr. 8vo, swd. Parts 1 and 2. *G. Philip* each, net, 2/; in 1 Vol., net 5/
- 8 FOSTER (Rev. H. C.) *At Antwerp and the Dardanelles*. Cr. 8vo, pp. 162. *Mills & B.* net 5/
- 9 GOODWIN (Col. T. H.) (A. M. S.) *Field Service Notes for R. A. M. C.*, incorporating amendments to July, 1917, 12mo, pp. 96. *Bale, Son & D.* net 3/6
- 10 HAWTIN (W. Grist) *Law and Practice of Military Conscription under the Military Service Acts, 1916-1918*. Part 2. The Military Service (No. 2) Act, 1918. Medical Grading, etc. 12mo. pp. 208. *Harrison* net 2/
- 11 Hislam (Percival) *How We Twisted the Dragon's Tail*. Cr. 8vo, pp. 96. *Hutchinson*. net/2
- 12 *King-emperor's Activities in War Time*. Roy. 8vo, pp. 64. *Illustrated London News*. 1/4
- 13 *Letters of an Airman*. By the late Geoffrey Wall. Cr. 8vo, pp. 264. *Australasian Authors' Agency* (Melbourne).
- 14 *Letters of Thomasina Atkins — Private, W. A. A. C.* With a Foreword by Mildred Aldrich. Cr. 8vo, pp. 251. *Hodder & S.* net 6/
- 15 MARKS (E. George) *Napoleon and the War*. 2nd series. Cr. 8vo, pp. 189. *Dymock's Book Arcade* (Sydney) 2/6
- 16 MUIR (L. Crpl. Ward) *Observations of an Orderly*. Some Glimpses of Life and Work in an English War Hospital. Cheap edition. Cr. 8vo, pp. 152. *Simplin & M.* net 1/6
- 17 PARKYN (Capt. H. G.) *Short History of the Rifle Brigade*. 8vo, swd. *Bale, Son & D.* net 2/6
- 18 PRICE (M. Philips) *War and Revolution in Asiatic Russia*. 8vo, pp. 295. *G. Allen & U.* net 8/6
- 19 RALEIGH (Walter) *The War and the Press*. A Paper read March 14, 1918, at Eton College. Cr. 8vo. *Oxford P.* net 9d
- 20 *Royal Navy, 1815-1915*. The Rede Lecture, 1918 (June 1) Admiral the Marquess of Milford Haven. Cr. 8vo, pp. 48. *Cambridge P.* net 2/6
- 21 *Signalling Simplified*. (By a member of the 1st Bucks. V. R.) 18mo, pp. 64. *Ewart, Seymour & Co.* swd., net 1/

II — PERIÓDICOS

Portugal

- 1 *O Oriente Português*, n.ºs 5 e 6 de maio e junho de 1918. Uma dona portuguesa. Bens pensionados em Gôa, (continuação). Dialecto indo-português. Varia variorum. Índice alfabético, cronológico e remissivo (conclusão).

- 2 *Revista de Historia*, n.º 27 de julho-setembro de 1918. Segundo periodo da vida de Antonio Vieira — O Politico (1641-1650). Subsídios para a historia do constitucionalismo (Excertos do diario dum liberal) de 1821 a 1847. Factos e Notas. Bibliografia.

Brasil

- 1 *O tiro de guerra*, n.º 8 de agosto de 1918. 14 de julho. Sociedades de tiro (do relatório do sr. Ministro da Guerra). Tenente coronel Octavio de Azevedo Coutinho. 1.º tenente José dos Mares Maciel da Costa Instituto La Fayette. O 14 de julho em Uberaba. Do verdadeiro atirador (continuação). Directivas para o exame em escolas e quadros de Sociedades de Tiro. Resoluções ministeriaes. Estudo comparativo dos fusis dos exercitos beligerantes na guerra actual. Sports. O tiro nos Estados. Programma e instruções para o concurso de tiro de 7 de setembro e mappa correspondente. Instruções para as sociedades de tiro (continuação)—n.º 9 de setembro. 7 de setembro de 1922. Episodios militares (continuação). Episodio Civico. Trincheiras (conferencia de um oficial inglez). Na cesta ou no prelo. Escripção do tiro. (R. T. I.) Directorio Geral do Tiro de Guerra (consulta). Relação nominal dos atiradores classificados no concu so de tiro ao alvo realiado em maio proximo findo pelas sociedades incorporadas. A fronteira—Fragmento de um conto do O. Bilac. Sports. O tiro nos Estados.

Colombia

- 1 *Memorial del Estado Mayor del Ejército de Colombia*, n.º 73 de julho de 1918. Puertos. Informe sobre reconocimiento general efectuado en la marcha de Cali a Manizales (conclusión). El ejército chileno (continuação). Empleo de las metralladoras. Fusil-ametralladora «Browning». Bibliografia. En el ejército.

Espanha

- 1 *La guerra y su preparación*, n.º 9 de setembro de 1918. La aviación militar en Francia. Información gráfica de aeronautica. Los prisioneros de guerra en Austria-Hungria. Instrucción técnica del oficial.
- 2 *Memorial de artilleria*, n.º de setembro de 1918. Estudio del revenido en los aceros templados. Notas sobre el alto mando artillero. Relación entre las eficacias de una bateria de campaña Md. 1906 y otra de montaña Md. 1908. Mando de una bateria desde observatorio elevado. El proximo Congreso Nacional de Ingenieria. El reclutamiento artillero en Belgica. Algunas notas sobre emplazamientos de piezas de diversos calibres. La observación artillera desde globos cautivos. Una gran nueva fábrica de material de guerra en los Estados-Unidos. Metales para los motores de aviación. La guerra... de los gases asfixiantes. El cañón ligero en la guerra de posición. Progresos recientes en pirometria. Algo acerca del libro *La guerra en Marruecos*. De pluma ajena—Cajas de ahorros militares. Bibliografia. Publicidad. Etc.
- 3 *Memorial de caballeria*, n.º 28 de outubro de 1918. Division de caballeria—Campana tactica y logitica del año 1917. Problemas organico-militares—Necesidad de la pronta reforma del Codigo de Justicia Militar. El caballo de silla y su utilidad. El cuartel como factor educativo social (continuação). Operaciones en el teatro occidental—Batalla de Francia—Operaciones en Macédonia—En Palestina—Otras operaciones—Resumen de la situación. Revista de revistas—Noticias militares. Necrologia. Variedades—Mensaje sobre la espada y la pluma por Ben Al-Vardh. Deportes hipicos. Etc.
- 4 *Memorial de infanteria*, n.º 81 de outubro de 1918. Escuelas opuestas

—táctica general-francesa y alemana. Colección de problemas tácticos del capitán Balédent (conclusión). Algo sobre ametralladoras. La iniciativa en la guerra. El espíritu patrio y la traducción. Algunas consideraciones sobre el servicio sanitario en nuestro ejército. La infantería en la guerra de trincheras. proyectiles especiales de Artillería. Un casco curioso. El uniforme y el equipo del soldado americano. Los lesionados en la guerra. Academias militares españolas. La guerra europea. Noticias militares. Revista de Revistas. Bibliografía. Etc.

Italia

- 1 *Revista de artiglieria e genio*, n.º de julho-agosto de 1918—Prolongamento della tavola balistica generale di Siacci. Fotografia aerea. Influenza della rotazione terrestre sul moto dei proiettili. Riassunto delle nostre operazioni militari. Lo sviluppo dell'artiglieria durante la guerra. Bombe aeree tedesche esplosive ed incendiarie. Dati e cenni su materiali dell'artiglieria austro-ungarica. Notizie. Bibliografía.
- 2 *Rivista di cavalleria*, n.º de 15 de julho de 1918. Forza numerica degli Ufficiali dell' Arma di Cavalleria. Da un Mese all' Altro. Gli Ufficiali. Appunti sull' azione della cavalleria dall' Isonzo al Piave. Il significato morale nella guerra mondiale. Necrologi. Parte Ufficiali.—N.º de 15 de setembro—Forza numerica degli Ufficiali dell' Arma di Cavalleria. Da un Mese all' Altro. Parole pronunciate da S. A. R. il Comandante Generale dell' Arma di Cavalleria etc. In memoria del Generale Majnoni. Pagine di guerra. La 3ª Brigata di Cavalleria sul Piave nel giugno 1918. Necrologi—Parte Ufficiali.
- 1 *Rivista di Cavalleria*, de 15 de agosto de 1918. Forza numerica degli Ufficiali dell' Arma di Cavalleria. Da un Mese all' Altro. Per la morte dell' eroico aviatore Francesco Baracca. I Cavalleggeri di Caserta e la offensiva austriaca del 1918. Rimonta del Nord-America e note di viaggio (continuazione). Cronaca degli avvenimenti di guerra dall' agosto 1915 (continuazione). Il Cavallo nella Bibbia e nell' Iliade. Necrologio. Parte Ufficiali.

Mexico

- 1 *Revista del Ejercito y Marina*, n.ºs 5 e 6 de maio e junho de 1918. Los triunfadores de Puebla. Victor Hugo y la intervencion francesa. Sobre la brega. En pos de um laurel y una espada. La guerra. Funcionamiento del Estado Mayor en campaña. La Mariña de Guerra—Arsenales Navales. La estrategia de ayer y la de hoy. El tiro de combate en la infanteria. El espíritu militar, la disciplina y la iniciativa. El poder naval. La caballeria mexicana y su mejoramiento en el porvenir. Principios de la guerra de posición. Granadas de mano. Desarrollo de la Marina Mercante Nacional. Nueva clasificación de la artilleria de campaña. Proyecto de Reglamento de Uniformes para el Ejército Nacional. Los nuevos zeplines. Resistencia de materiales. Testamento de Napoleón. Efemérides militares mexicanas (maio e junho) Guatemala. Etc.

Noruega

- 1 *Norsk militært tidsskrift*, n.º 7 de julho de 1918. Enkelt betragtninger over det russiske forsvarssystemets organisation og de russiske stridskraefter strategiske opmarsj ved verdenskrigens utbrudel. Militærgeografiske forhold el ved Vestfronten—Av avdelingschef i Generals taben. Kringen xxxii—Ved kaptein Joannes Schitz. Fendelen. Vinterovelseser—Ved kaptein ved generalinpektren for infanterietstab W. Faye. Moderne zeppelinere. Meddelelser fra ind og utland Bker.

Peru

- 1 *Boletín del ministerio de guerra y marina*, de abril de 1918. Empleo de la artillería en la montaña. Juicio acerca de un estudio comparativo entre los ejércitos francés y alemán, hecho antes de la guerra. Nuevos inventos y progresos aplicados a la guerra. Servicio de alimentación y amunicionamiento en la guerra de 1879-84. Estudios y conclusiones de la conferencia quirúrgica inter-aliada. Conferencias en la Academia del Estado Mayor — Administración militar (1.º año). Bibliografía. — Julio de 1918 — Conferencias en la Academia de Estado Mayor — 4.ª de Administración Militar (1.º año). Comentarios de las bases de la instrucción. La Batalla de Charleroi (conclusión). Crónicas de las acciones de la caballería en la guerra de las naciones (continuación). El bombardeo de París. Estudios y conclusiones de la conferencia quirúrgica inter-aliada (continuación). Las pruebas del fusil-ametralladora de Browning. Bibliografía

San Salvador

- 1 *Boletín del Ministerio de Guerra*, n.º 41 de maio de 1918. Acuerdos del Ministerio de Guerra y Marina. Ordenes Generales importantes, Movimiento habido en el Ejército durante el mes de Mayo. Cambios de destinos. Altas. Bajas. Licencias. Escalafón del Ejército. Bajas habidas en el Ejército, durante el año de 1911. Caujes. Folletín — Decretos y acuerdos importantes desde el año de 1911 al de 1917.

Suissa

- 1 *Revue Militaire Suisse*, n.º 8 de agosto de 1918. L'artillerie lourde de campagne avant la guerre. L'attaque de Liège. Le centre d'instruction de la 1.ª division. A propos de la paix. Chronique suisse. Chronique portugaise. Bulletin bibliographique.
- 1 *Revue Militaire Suisse*, n.º 9 de setembro de 1918. L'artillerie lourde de campagne avant la guerre (fin). Du comouflage destiné à cacher aux avions les troupes en campagne. La guerre et la chirurgie. La valeur du sermen. A propos du centre d'instruction divisionnaire. Bulletin bibliographique.

Uruguay

- 1 *Revista del Centro militar y naval*, n.º 171 de julho de 1918. Fallecimiento del General Benavente. Elecciones Sociales. Disciplina e iniciativa. Apuntes sobre elementos de tiro (continuación). Homenaje al Dr. Don Juan A. Buero. Nómina de los Sres. Generales, Jefes, Oficiales, etc., asociados al Centro.

